

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS - PPGICH**

CARINI ZAMBIASI VIEIRA

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO
DO NORTE GAÚCHO**

ERECHIM

2024

CARINI ZAMBIASI VIEIRA

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO
DO NORTE GAÚCHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre Paulo Loro

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Paulo Loro

ERECHIM

2024

CARINI ZAMBIASI VIEIRA

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO
DO NORTE GAÚCHO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, defendida em banca examinadora em

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Paulo Loro – UFFS
Presidente da Banca / orientador

Prof. Dr. Jeferson Santos Araújo – UFFS
Membro Titular Interno

Prof. Dra. Jeane Lessinger Borges
Membro Titular Externo

Prof. Dra. Adriana Salete Loss – UFFS
Membro Suplente

ERECHIM/RS – agosto/2024.

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Vieira, Carini Zambiasi
Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na
Região do Norte Gaúcho / Carini Zambiasi Vieira. --
2024.
93 f.

Orientador: Dr. Alexandre Paulo Loro

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim,RS, 2024.

I. Loro, Alexandre Paulo, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Vivenciar o Mestrado e principalmente a construção de uma dissertação, não é um trabalho simples, exige dedicação, disponibilidade interna e externa. Mesmo após esse período que por vezes não foram fáceis, e que necessitou abrir mão de tantas outras coisas para produzir e viver este processo, não há dúvidas que eu viveria tudo novamente, pois o ganho e o crescimento acadêmico, profissional, mas principalmente o pessoal é imensurável.

Dito isso compreendo que nada disso é possível sem a estrutura de um espaço favorecedor de ensino, com isso agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, por ser casa durante dois anos e por disponibilizar ensino de qualidade. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, por meio dele foi possível desenvolver esta pesquisa com múltiplos olhares e construções. Agradeço aos professores que compartilharam de seus conhecimentos e facilitaram a aprendizagem. Gostaria de agradecer a Delegada responsável e a Delegacia que abriu suas portas e facilitou a realização desta pesquisa.

Uma dissertação não se constrói sozinha, é necessário que haja apoio e outros olhares atentos, assim agradeço meu querido orientador Prof. Dr. Alexandre Paulo Loro, que me escutou atentamente, respeitou e sempre valorizou meu conhecimento de base e que dividiu sua experiência para que este trabalho fosse realizado. Agradeço aos professores que aceitaram gentilmente a estarem na minha banca de qualificação e defesa, Prof. Dra. Jeane L. Borges, Prof. Dra. Thaís J. Wenczenovicz e ao Prof. Dr. Jeferson Santos Araújo.

E, por fim, só é possível realizar uma pesquisa quando se tem o apoio das pessoas que convivemos diariamente, com isso gostaria de agradecer minha família, amigas e principalmente meu companheiro por estarem ao meu lado, me apoiando, ouvindo e acolhendo, com vocês foi possível viver esse momento de maneira mais leve, amo vocês.

RESUMO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema social complexo e deve ser visto de diferentes perspectivas como: social, cultural, histórico e psicológico, o que favorece o desenvolvimento de pesquisas pela perspectiva interdisciplinar. A presente pesquisa tem como objetivo analisar as narrativas e as características de crianças e adolescentes que sofreram violência sexual na região localizada no norte gaúcho. Metodologicamente, caracteriza-se por ser de abordagem quali quantitativa; em relação aos procedimentos, bibliográfica e documental. O levantamento de dados ocorreu em uma Delegacia de Polícia que atende a região norte do Rio Grande do Sul. As discussões realizadas partem de teóricos pós-estruturalistas e abordam pontos como a história da infância e da adolescência, leis de proteção, gênero e corpo, os quais perpassam a infância e a adolescência. Para a realização de análise de dados foi utilizado como material os boletins de ocorrência dos anos de 2022 e 2023, podemos contabilizar o total de 123 casos de denúncia pelo crime de violência sexual contra crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. As principais vítimas são pessoas do gênero feminino sendo 86,17% dos casos, já os meninos são 13,83% destes casos. A faixa etária com maior índice de denúncias são crianças e adolescentes de 12 a 14 anos sendo 32,6% dos casos, seguido de crianças de 09 a 11 anos sendo 20,3%. Os principais acusados são pessoas do gênero masculino sendo 92,67% dos casos, visto que a idade dos mesmos variam de 12 a 79 anos. O principal local em que estas crianças e adolescentes sofreram violência foi em sua própria casa, sendo 38,21% dos casos. E por fim os principais acusados são familiares, sendo 52,03% destes. Em relação aos dados qualitativos foram utilizados dos 123 boletins, 35 casos, nestes foi possível identificar discursos de medo em revelar o abuso sofrido e o poder que os adultos possuem em relação as crianças e adolescentes, onde é possível refletir sobre a verticalidade das relações e a falta de voz que pessoas menores de idade ainda possuem. Quando os pais estão atento aos seus filhos e abertos ao diálogo é possível dentro de cada fase do desenvolvimento da criança e do adolescente perceber sinais voltados ao abuso, identificar isso por vezes não impede, mas permite romper ciclos de violência e prestar o suporte necessário. Foi possível concluir que a violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema social grave e estrutural, necessita de um olhar amplo e a partir de diferentes olhares. Estes casos chegaram a delegacia, mas muitos não chegam,

com isso é importante refletir sobre a importância de um envolvimento governamental e de todas as instituições sejam elas públicas ou privadas, para falar sobre violência sexual, a informação e a educação sexual pode ser um caminho para a diminuição da subnotificação e de uma redução de casos.

Palavras-chave: Violência Sexual. Infância. Adolescência.

ABSTRACT

Sexual violence against children and adolescents is a complex social problem and must be seen from different perspectives, such as: social, cultural, historical and psychological, which favors the development of research from an interdisciplinary perspective. The present research aims to analyze the narratives and characteristics of children and adolescents who suffered sexual violence in the region located in the north of Rio Grande do Sul. Methodologically, it is characterized by a qualitative and quantitative approach; in relation to procedures, bibliography and documents. The data collection took place in a Police Station that serves the northern region of Rio Grande do Sul. The discussions held come from post-structuralist theorists and address points such as the history of childhood and adolescence, protection laws, gender and body, which permeate childhood and adolescence. To carry out data analysis, police reports from the years 2022 and 2023 were used as material. We can count a total of 123 cases of reporting the crime of sexual violence against children and adolescents aged 0 to 17. The main victims are females, accounting for 86.17% of cases, while boys account for 13.83% of these cases. The age group with the highest rate of complaints are children and adolescents aged 12 to 14, accounting for 32.6% of cases, followed by children aged 9 to 11, accounting for 20.3%. The main accused are male, accounting for 92.67% of the cases, as their ages range from 12 to 79 years old. The main place where these children and adolescents suffered violence was in their own home, accounting for 38.21% of the cases. And finally, the main accused are family members, 52.03% of whom. In relation to qualitative data, 123 police reports were used, 35 cases, in which it was possible to identify discourses of fear of revealing the abuse suffered and the power that adults have in relation to children and adolescents, where it is possible to reflect on the verticality of relationships and the lack of voice that underage people still have. When parents are attentive to their children and open to dialogue, it is possible within each stage of the child's and adolescent's development to notice signs of abuse. Identifying this sometimes does not prevent it, but allows it to break cycles of violence and provide the necessary support. It was possible to conclude that sexual violence against children and adolescents is a serious and structural social problem, requiring a broad view and from different perspectives. These cases reached the police station, but many do not, so it is important to reflect on the importance of government

involvement and all institutions, whether public or private, to talk about sexual violence, information and sexual education can be a way to reduce underreporting and reduce cases.

Keywords: Sexual Violence. Infancy. Adolescence.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Classificação de Violência Sexual segundo Boletins de Ocorrência.....	48
Gráfico 02 - Faixa Etária das Crianças e Adolescentes que Denunciaram o Crime de Violência Sexual no ano de 2022 e 2023 na Região Norte do Rio Grande do Sul.....	50
Gráfico 03 - Cor das Crianças e Adolescentes que Denunciaram o Crime de Violência Sexual no ano de 2022 e 2023 na Região Norte do Rio Grande do Sul.....	51
Gráfico 04 - Gênero de Crianças e Adolescentes que Denunciaram o Crime de Violência Sexual no ano de 2022 e 2023 na Região Norte do Rio Grande do Sul.....	52
Gráfico 05 - Gênero dos Acusados pelo Crime de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no ano de 2022 e 2023 na Região Norte do Rio Grande do Sul.....	53
Gráfico - 06: Faixa Etária dos Acusados pelo Crime de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no ano de 2022 e 2023 na Região Norte do Rio Grande do Sul.....	54
Gráfico 07 - Locais onde a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes Ocorre, referentes aos anos de 2022 e 2023 na Região Norte do Rio Grande do Sul.....	55
Gráfico 08 - Vínculo com a Vítima de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no ano de 2022 e 2023 na Região Norte do Rio Grande do Sul.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B.O.	Boletim de Ocorrência
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e do Adolescente
DE	Depoimento Especial
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
OMS	Organização Mundial da Saúde
PPGICH	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
SAM	Serviço de Assistência a Menores
S.D.	Sem Data
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático
UNICEF	União das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. SOBRE A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA.....	13
2.1 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE SER CRIANÇA E ADOLESCENTE NA HISTÓRIA.....	13
2.2 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL.....	16
2.3 UM APANHADO SOBRE A HISTÓRIA DA HIGIENIZAÇÃO E O CONTROLE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	20
2.4 CRIAÇÃO DE LEIS E PROTEÇÃO.....	24
2.5 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E DA ADOLESCÊNCIA.....	28
2.5.1 A MEMÓRIA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E A VIOLÊNCIA.....	32
3. CAMINHO METODOLÓGICO.....	37
3.1 INTERDISCIPLINARIDADE.....	37
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	38
3.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	40
3.4 CAMPO DE PESQUISA E PÚBLICO-ALVO.....	42
3.5 COLETA DE DADOS.....	42
3.6 ANÁLISE DE DADOS.....	43
4. A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTE NA REGIÃO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL.....	47
4.1 RESULTADOS E REFLEXÕES A PARTIR DOS DADOS QUANTITATIVOS.....	47
5. RESULTADOS E REFLEXÕES A PARTIR DOS DADOS QUALITATIVOS.....	58
5.1 O SENTIMENTO DE MEDO É CONSTANTE.....	58
5.2 SINAIS QUE FORAM PERCEBIDOS.....	61
5.3 CORPO ROMPIDO.....	65
5.4 NEGLIGÊNCIA OU/E DESCRENÇA.....	66

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	74
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA DAS OCORRÊNCIAS.....	80
ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS (CEP - UFFS)	81
ANEXO B - TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS EM ARQUIVOS.....	82
ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - SOLICITAÇÃO DE DISPENSA.....	83
ANEXO D - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS.....	86

1. INTRODUÇÃO

“[...] imagine só o que conquistaríamos se não tivéssemos que nos esforçarmos tanto para nos proteger desse problema social chamado estupro”
(Kaur, 2020, p. 41)¹.

O presente trabalho corresponde à pesquisa desenvolvida no Curso *Stricto Sensu* de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus de Erechim, pertence à linha de pesquisa Sujeito e Linguagem. Neste Programa foi possível desenvolver uma pesquisa que permitiu analisar o tema proposto de maneira ampla e interdisciplinar - a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Região do Norte Gaúcho.

De acordo com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, a violência sexual pode ser compreendida como todo ato que vá contra os Direitos Humanos e ao pleno desenvolvimento sexual de crianças e adolescentes, cometido por uma pessoa que se encontra em um momento do desenvolvimento sexual, emocional e físico, desigual ao das crianças e dos adolescentes, portanto em uma posição de poder (Brasil, 2013).

Ao analisar os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em nível nacional, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), referente ao ano de 2022, foram contabilizados o total de 74.930 casos de estupro e estupro de vulnerável² no Brasil, visto que 56.820 são casos de pessoas vulneráveis. Ainda em relação a faixa etária 10,4% das vítimas são crianças de 0 a 4 anos de idade; 17,7% são crianças de 5 a 9 anos e 33,2% tem idades entre 10 e 13 anos. A partir de uma análise de gênero 88,7% são vítimas do gênero feminino e 11,3% do gênero masculino. Em relação a raça/cor 56,8% são pessoas pretas ou pardas, 42,3% brancas, 0,5% indígenas e 0,4% amarelas.

¹ Poema de Rupi Kaur (2020), autora de descendência indiana. Por meio de seus poemas traduz suas dores, ressignificações e emoções; retrata a violência sexual sofrida na infância, seus traumas, sentimentos de perda, o processo de cura, feminilidade e imigração.

² Estupro de Vulnerável.

Art. 217- Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no **caput** com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. (BRASIL, 1940). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/De12848.htm#art214. Acesso em 10 mai. 2023.

No ano de 2021 os casos de estupro entre crianças e adolescentes (0-17 anos) foram de 45.076 vítimas, com uma taxa de 96,08% a cada 100 mil pessoas dentro desta faixa etária. Em 2020 foram contabilizadas 60.460 vítimas de violência sexual, visto que 16.047 são de estupro e 44.879 destes casos são de estupro de vulneráveis, contabilizando uma taxa de 94,6% (a cada 100 mil pessoas dentro desta faixa etária). Analisando as taxas para um corte etário, as crianças entre 5 e 9 anos e os pré-adolescentes de 10 e 14 anos, são as principais vítimas. O número total de Pornografia infantojuvenil foi de 1797 casos e exploração sexual foram 733 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022; 2021).

Em uma pesquisa de revisão de literatura com caráter integrativo, Cruz, *et al.* (2021), analisou dezesseis artigos em um período de 2013 à 2018, nas línguas português, espanhol e inglês, com o objetivo de identificar as consequências do abuso sexual vivenciado na infância e na adolescência. Os estudos apontam que vítimas que vivenciam a violência podem apresentar questões na esfera social como: o uso de drogas lícitas e ilícitas, abandono do próprio lar, e sentimentos como a vergonha e vitimização; Físicos, como a gravidez, Doenças Sexualmente Transmissíveis, bem como dificuldade em ter uma vida sexual saudável e satisfatória durante a vida adulta. Por fim, repercussões de ordem Psicológica como: transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, ideação suicida, transtornos de personalidade *borderline* e psicótico.

É importante salientar que mesmo os artigos apresentando as possíveis repercussões da violência sofrida, não é possível estabelecer uma relação causal. Porém é possível perceber que pessoas que foram vítimas estão mais vulneráveis a estas consequências, e podem reverberar por toda a existência deste sujeito.

Características como gênero, idade, raça/cor e vulnerabilidade socioeconômica são fatores importantes a serem analisados, pois podem tornar crianças e adolescentes ainda mais vulneráveis à violência. Dados recentes informam que 86,9% das vítimas são do gênero feminino, porém pode-se considerar a subnotificação por parte dos meninos, por motivo de vergonha e medo, aspectos relacionados a cultura machista em que ainda vivemos (Reinach; Burgos, 2021; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021).

Pode-se compreender que o maior risco de violência está dentro do núcleo familiar, no espaço em que a criança e o adolescente deveriam estar seguros. Nesse sentido, torna-se também o espaço de maior vulnerabilidade, visto que 76,5% dos abusos ocorrem dentro da própria casa da vítima. Em relação a quem são os agressores 95,4% são homens, visto que

82,5% são conhecidos da vítima, 40,8% são pais ou padrastos, 37,2% são irmãos, primos ou parentes e 8,7% são avós da vítima (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022).

O abuso sexual intrafamiliar é aquele realizado por membros da família nuclear como: o pai, mãe, padrasto, madrasta, irmãos ou por membros da família extensiva como: avós, tios(as), primos(as), ou outros. A Violência Intrafamiliar pode ser considerada como toda a ação que prejudique fisicamente, psicologicamente outro familiar. Pode ser cometido dentro ou fora de casa, por um membro da família ou pessoa que assuma função parental, portanto exerce relação de poder (Brasil, 2002).

Segundo Hooks (2021) é necessário que as crianças e adolescentes sejam respeitados, mas além disso, que seus direitos civis sejam garantidos. A instituição familiar é constituída e formada pelo poder, os pais muitas vezes são como os governantes e estes podem ser autoritários e determinarem o que é o melhor para seus filhos sem que haja uma intervenção externa. Entretanto, se no interior do próprio lar os direitos não são respeitados, muitas vezes as crianças e os adolescentes não têm a quem recorrer.

Consta na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 a seguinte redação: Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Quando o cuidado e o respeito pela criança existem, é necessário que seja compreendido que seus corpos e sua existência não são uma propriedade, desta forma, possuem direitos, os quais precisam ser respeitados e garantidos (Brasil, 2022; Hooks, 2021).

Somados aos argumentos supracitados, registro que o interesse pelo presente tema surgiu a partir das minhas primeiras experiências profissionais na Graduação de Psicologia e nas práticas profissionais de estágio clínico, ao atender o primeiro caso de violência sexual sofrida quando a atual paciente ainda era criança. Atualmente, ao realizar trabalho clínico no consultório, e principalmente em um Plano de Saúde, o qual oferece atendimento social, recebo uma quantidade expressiva de pacientes, na sua grande maioria mulheres que sofreram abuso durante a infância e/ou na adolescência. Estas pacientes manifestam sintomas de ansiedade e depressão, muitas vezes com dificuldade em confiar ou se relacionar com o mundo e com outras pessoas. Também coincidem com estes sintomas relatos de violência sexual.

Muitas destas pessoas gostariam de poder apagar essas memórias, mas como isso não é possível, a psicoterapia serve de espaço de acolhimento, escuta, cuidado, um lugar que propicia segurança para acessar e falar do passado, do agora e dos sentimentos ainda presentes. Este processo cria a esperança de que a dor diminua através da simbolização e da resignificação do ocorrido, mas jamais tal memória é apagada.

Cada pessoa percebe e sente o que lhe aconteceu de maneira única. Algumas delas apresentam sintomas psicológicos que podem estar ou não relacionados a violência sofrida. O acesso às memórias da violência costumam ser de muita dificuldade e geram muita dor e tristeza. A maioria das pessoas buscam uma explicação, por qual motivo tiveram que passar por isso? Como uma pessoa é capaz de causar um mal tão grande a uma criança ou adolescente? Essas são perguntas que não possuem uma resposta pronta, pois são múltiplos os fatores sociais, histórico, psicológico que fazem a violência existir. Embora seja possível compreender estes sentimentos de maneira racional, é difícil lidar e acomodar emocionalmente essa dor.

Realizo atendimento às pessoas que já passaram por essas experiências. Histórias que não serão apagadas, sintomas que foram ou estão sendo resignificados a cada atendimento. Desta forma, realizar uma pesquisa sobre esse tema na atualidade proporcionará olhar para este problema social com maior profundidade. A partir dele será possível trazer a atenção da sociedade, além de possibilitar um pensar sobre políticas públicas e ações de prevenção e proteção a violência.

A partir das experiências pessoais vividas nos atendimentos clínicos, bem como o desejo em desenvolver uma pesquisa que seja capaz de possibilitar mudanças sociais, surge o questionamento: Quais são as narrativas e as características de crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual em uma cidade do norte gaúcho?

Tal indagação proporcionou a elaboração do objetivo geral: analisar as narrativas e as características de crianças e adolescentes que sofreram violência sexual em uma cidade do norte gaúcho. Como objetivos específicos, pretende-se: 1) identificar o perfil de vítimas e agressores, a partir do levantamento de dados sociodemográficos; 2) refletir sobre a violência sexual a partir de uma construção social e histórica; e 3) compreender a narrativa expressa nos Boletins de Ocorrência por parte do responsável denunciante em relação a violência sofrida pela criança e pelo adolescente.

Após esta explanação introdutória da temática, apresentamos sumariamente a estruturação do estudo, com vistas a estabelecer um diálogo interdisciplinar. No capítulo 2, intitulado *Infância e Adolescência*, é apresentado um resgate pontual da história da Infância e da Adolescência, primeiramente dando enfoque a percepção acerca da infância e da adolescência no período da Idade Média (Ramos, 2010; Heywood, 2004; Àries, 1986). Em seguida será realizada uma breve contextualização da história da infância e da adolescência no Brasil, bem como da história da higienização e controle das crianças e adolescentes excluídos socialmente (Rodrigues; Lemos, 2019; Linhares, 2016; Rizzini; Gondra, 2014; Rizzini; Pilotti, 2011; Góes; Florentino, 2010; Scarano, 2010; Leite, 2011; Priore, 2010; Ramos, 2010; Schuch, 2006; Donzelot, 1980), e a construção de leis de proteção e direitos a esta população (Brasil, 2022; Brasil, 2013; Carvalho; Bizzotto, 2022; Fundação Abring, 2022; Gomes, 2022; Fonseca; Cardarello, 2009; Faleiros; Faleiros, 2007; Sarmento; Pinto, 1997). E, por fim, será retratado alguns aspectos da infância e da adolescência no tempo presente, aspectos do desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social (Lajolo, 2011; Papalia; Olds; Feldman, 2006, Sarmento; Pinto, 1997; Piaget; Inhelder, 1997; Erikson, 1987; Aberastury; Knobel, 1981), lincando com aspectos da formação e a importância da memória e o trauma (Pelisoli; Dell’Aglia, 2021; Rotta; Ohlweiler; Riesgo, 2016; DSM-5-TR, 2023; Izquierdo, 2014; Levitan; Chagas; Crippa; Nardi, 2011; Habigzang; *et al.*, 2010; Dalgalarondo, 2008; Papalia; OLDS; Feldman, 2006).

No terceiro capítulo, consta o caminho metodológico que será percorrido a partir da investigação que se dará de forma mista quantitativa e qualitativa, orientada pelo enfoque Descritivo-Exploratório, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS. O local pesquisado foi uma Delegacia de Polícia situado em uma cidade do norte, no estado do Rio Grande do Sul, a investigação ocorreu a partir dos dados sociodemográficos presentes nos boletins de ocorrência e do relato da violência transcrita no momento da denúncia, de crianças de 0 a 12 anos e adolescentes de 13 anos a 18 anos, do gênero feminino e masculino que realizaram a denúncia no período do ano de 2022 a 2023. A coleta de dados se deu pelos dados sociodemográficos e relatos presentes nos Boletins de Ocorrência. A análise de dados foi realizada a partir da Estatística Descritiva e da Análise Textual Discursiva.

O quarto capítulo intitulado *A Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Região Norte do Rio Grande do Sul*, propõem apresentar os dados sociodemográficos a partir

da estatística descritiva, presentes nos boletins de ocorrência. Com isso foi possível constatar que na região norte do Rio Grande do Sul, no ano de 2022 e 2023 pode-se contabilizar o total de 123 casos de denúncia pelo crime de violência sexual contra crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. As principais vítimas são pessoas do gênero feminino sendo 86,17% dos casos, já os do gênero masculino são 13,83% destes casos. A faixa etária com maior índice de denúncias são crianças e adolescentes de 12 a 14 anos sendo 32,6% dos casos, seguido de crianças de 09 a 11 anos sendo 20,3%. Os principais acusados são pessoas do gênero masculino sendo 92,67% dos casos, visto que a idade dos mesmos variam de 12 a 79 anos. O principal local em que estas crianças e adolescentes sofreram violência foi em sua própria casa, sendo 38,21% dos casos. E por fim os principais acusados são familiares sendo 52,03% destes.

No quinto capítulo intitulado *Resultados e Reflexões a partir dos Dados Qualitativos*, apresenta a análise dos discursos presentes nos Boletins de Ocorrência, estes relatos são na maioria realizados pelos responsáveis da vítima e em alguns casos feitos pela própria vítima. Após a leitura fluída dos 123 boletins, seleciona-se 35 *Corpus*, a seleção foi por conveniência, levando em consideração materiais que vão de encontro com o objetivo da pesquisa. As categorias selecionadas para análise foram: O Sentimento de Medo é Constante; Sinais que Foram Percebidos; Corpo Rompido; e por fim Negligência ou/e Descrença. Estas categorias foram construídas e analisadas a partir da teoria construída no primeiro capítulo sobre a história da infância e desenvolvimento humano. Além disso foi agregada teoria sobre gênero, corpo e violência sexual para agregar nas discussões.

Por fim no sexto e último capítulo, referente as *Considerações Finais*, nele resgato os objetivos que guiaram esta pesquisa, apresento alguns resultados quantitativos e qualitativos, além de expor limitações do estudo. Busco a reflexão sobre a importância da Educação Sexual, como uma responsabilidade de todos.

2. SOBRE A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

2.1 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE SER CRIANÇA E ADOLESCENTE NA HISTÓRIA

Segundo o autor Heywood (2004), é importante ver a infância, bem como a adolescência como uma construção social, que pertence a um período histórico e se altera a partir dos grupos sociais e étnicos em que vivem. Durante a Idade Média (do século V ao século XV) não havia muito interesse em retratar a infância e a adolescência, havendo assim poucos registros. Demorou para existir uma distinção do que eram adultos e do que eram crianças e mesmo quando houve essa percepção os meninos é que eram vistos, já as meninas eram imperceptíveis.

O autor Àries (1986), observa a partir das pinturas que durante os séculos XI, XII e XIII, era nítida a falta de espaço das crianças na sociedade, e quando eram representadas nas obras de arte, não eram retratadas tal como as vemos e sim com traços adultos, tendo a altura como a única característica infantil representada. Como um dos exemplos é analisada a "[...] cena do Evangelho em que Jesus pede que se deixe vir a ele as criancinhas, sendo o texto latino claro: Parvuli [...]" (Àries, 1986, p. 50), porém o retratado é um adulto pequeno. A imagem da criança não tinha importância nas representações artísticas, portanto, pode-se compreender que nem na sociedade essa fase do desenvolvimento era vista como um período de transição, sem importância e que logo era esquecida.

Nos dois primeiros anos de vida as crianças eram vistas como um animalzinho, engraçadinho, que serviam para o divertimento dos adultos. A indiferença e a falta de cuidados perante as crianças tornavam a mortalidade infantil muito alta, e se chegassem a morrer nos anos iniciais algumas pessoas poderiam sentir a sua perda, porém não por muito tempo, pois logo essa criança seria substituída não conseguindo assim sair de uma espécie de anonimato. A expectativa de vida das crianças no decorrer da idade média ia até os quatorze anos, visto que muitos morriam antes de completar sete anos, desta forma a sua força de trabalho deveria de ser aproveitada, gerando assim, algum lucro para a família (Ramos, 2010; Àries, 1986).

Assim que as crianças aprendiam a falar, caminhar, eram colocadas junto aos adultos em trabalhos domésticos, da agricultura, na vida social em geral, e desta forma aprendiam a conviver, sendo vistos a partir dos cinco a sete anos como adultos, ou adultos com defeitos

que serviam como criados e eram vistos como objeto. Logo cedo essas crianças eram afastadas de seus pais, sendo cuidadas por estranhos para que estes lhe ensinassem como se tornar uma pessoa digna, portanto, os pais não tinham como se vincular e criar laços afetivos com seus filhos. A falta de valor que as crianças tinham, fazia com que a coroa real orientasse os pais a alistarem seus filhos para embarcações pela falta de mão de obra de adultos, assim crianças com idades entre nove a dezesseis anos já estavam aptas e estes trabalhos, mas era comum terem crianças menores que a idade prevista. Mesmo sabendo que a mortalidade dentro dos navios era alta, para os pais era um bom negócio enviar seus filhos, pois além de ter menos um para alimentar, recebiam o dinheiro pelo trabalho que seus filhos prestavam e caso não sobrevivessem a mortalidade infantil já era tão alta dentro do país, alistando seus filhos poderiam assim lucrar com o pouco tempo de vida dos mesmos (Ramos, 2010; Heywood, 2004; Àries, 1986).

Em relação a maneira que a sexualidade das crianças e adolescentes era vista, o autor cita o diário escrito pelo médico de Luís VIII, onde demonstra que no final do século XVI e início do século XVII, a sexualidade das crianças não era resguardada como na atualidade. Os cuidadores, bem como os pais, se comunicavam de forma grosseira e sem pudor, mexiam nas partes íntimas das crianças, como se fosse uma brincadeira, a vida sexual dos adultos era exposta, desta forma crianças pequenas alcançavam uma “maturidade sexual” antes mesmo de completar cinco anos. Quando chegam aos sete anos de vida, estas brincadeiras somem, a criança se torna um homem e precisa se encaixar socialmente. Aos 14 anos Luís VIII já era considerado um homem pronto, casando-se com uma menina de 13 anos. Expor às crianças a sexualidade considerada nos dias de hoje privada aos adultos, não era uma particularidade apenas da família real, todas as famílias deste período da história tinham estes mesmos costumes (Àries, 1986).

As crianças e os adolescentes passaram a ser percebidos em um primeiro momento dentro da religião, eram tidas como puras e inocentes, contendo uma sabedoria em suas palavras. Compreendiam a infância como um momento transitório, mostrando assim que havia uma noção sobre o crescimento, porém não eram compreendidas e muitas vezes tratadas com desprezo (Heywood, 2004).

No século XIII começaram a surgir as pinturas e esculturas de anjos, onde se aproximam do que compreendemos na atualidade que seriam traços de crianças e adolescentes. Essas imagens eram a representação dos Clérigos, que se aproximavam das

características de rapazes jovens, eram educados para auxiliarem nas missas e tinham idade suficiente para aprender a ler. O menino Jesus também foi uma representação artística da infância, porém as primeiras pinturas tinham traços adultos e tamanho de criança, na metade do século XII, surgiu a primeira pintura de Jesus com uma maior similaridade do que compreendemos que seriam traços infantis (Àries, 1986).

No século XIV a infância passou a ser representada de forma religiosa, mostrando uma evolução da visão sobre os traços e comportamentos infantis, como já estava sendo apontada no final do século XIII. Os artistas representavam comportamentos em que demonstravam afeição em pinturas de Jesus e Maria, e que representam a primeira infância como: a criança sendo amamentada, enrolada em tecido, brincando com seus brinquedos nos pés de sua mãe. Porém essas imagens demoraram para ser compreendidas para além da arte. As crianças reais dificilmente eram pintadas, se sobrevivessem não era importante ter registros desta fase e se morresse não importava ter uma memória desta. Até o século XIX era comum ter muitos filhos, sem estabelecer apegos emocionais, ou mesmo ver aquela criança como possuidora de uma personalidade, pois muitas não sobreviviam (Àries, 1986).

A partir do século XVII, houve uma mudança cultural, com influência da igreja e um novo interesse pelo campo da educação, as crianças passaram a serem vistas como seres inocentes e que necessitam de um cuidado, desta forma prolongando a infância, porém esse olhar de cuidado era resguardado apenas as crianças da classe médica. Neste século os pensadores foram os que mais se aproximaram da concepção que temos da infância na atualidade, percebiam a sua importância, e não como seres imperfeitos que precisam ser moldados. Em relação à sexualidade, as crianças passaram a ser preservadas e os adolescentes punidos e reprimidos sexualmente, a masturbação, por exemplo, poderia causar uma doença caso fosse praticado (Heywood, 2004).

Importantes estudiosos sobre a infância e a adolescência surgiram no final do século XIX e início do século XX, nesse período surge a criança sem um valor econômico, entretanto as famílias trabalhadoras se utilizaram do trabalho e do salário de seus filhos para a renda familiar, isso só teve uma mudança com o surgimento de leis contra o trabalho infantil (Heywood, 2004).

Durante o século XX, o período da infância e da adolescência era visto como um momento passageiro e de preparação para a vida adulta. Tendo a criança e o adolescente como pessoas imaturas, sem competências sociais, irracionais, e que estariam em um processo

para se tornar um adulto maduro, contendo as ferramentas necessárias para se encaixar na sociedade. Por muito tempo a infância como um todo foi desconsiderada pela ciência, tendo apenas como ênfase a imaturidade, relacionada às questões biológicas referentes a este período do desenvolvimento, que foi considerado um fator que define esse momento de vida (Heywood, 2004).

Diversos historiadores arriscam, sem dúvida, uma afirmação um pouco exagerada sobre a “descoberta” da infância, numa tentativa de dramatizar a importância de suas conclusões. Qualquer levantamento de longo prazo nessa área provavelmente transformaria em arremedo as tentativas de se limitar o surgimento de formas de pensar fundamentais a um período. A história cultural da infância tem seus marcos, mas também se move por linhas sinuosas com o passar do século: a criança poderia ser considerada impura no início do século XX tanto quanto na Alta Idade Média. Dessa forma, por um lado, a mudança de longo prazo rumo a uma sociedade urbana pluralista favoreceu o surgimento gradual de uma versão prolongada de infância e adolescência. As classes médias, seja na Itália do século XII ou na Inglaterra da Revolução Industrial, aceitaram a necessidade de uma educação ampla e determinada segregação dos jovens em relação ao mundo adulto (Heywood, 2004, p. 45).

Durante o século XII era comum a percepção de que os bebês nascem no pecado, e se morressem antes de serem batizados, iam direto para o inferno, essa percepção vai contra a ideia de uma criança inocente e pura. No século XVI em um sermão alemão, as crianças eram descritas como impuras, com desejos sexuais, raivosos, entre outros adjetivos considerados negativos. Porém, por outro lado, crianças de até cinco e seis anos eram vistas como inocentes. Os católicos determinaram que as crianças nasciam com o mal dentro delas. Desta forma podemos compreender que em vários períodos da história ocidental houve uma dicotomia, entre por exemplo, ver a criança como ingênua ou que ao nascer o mal já fazia parte dela (Heywood, 2004).

2.2 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

Cada criança ao nascer era recebida com cuidados de acordo com as crenças de cada cultura, as mães indígenas se banhavam junto com a criança em um rio, as mães africanas esmagavam o nariz dos pequenos, assim moldando-o e deixando mais bonito, os bebês eram “[...] enrolados em panos embebidos numa infusão de folhas [...]”. Com a chegada da medicina, os manuais ensinavam a lavar a criança com água e após cobrir levemente com panos macios e quentes (Priore, 2010, p. 86).

De acordo com Leite (2011, p. 21), a definição de criança vem de “cria”, que eram criadas pelos seus genitores ou muitas vezes por pessoas da comunidade. Crianças de 0 a 3 anos, por não andarem eram carregadas por suas mães, irmãos ou escravas, segundo a autora, eram chamadas de “desvalidos de pé”, sendo desvalorizadas pois não conseguiam executar nenhuma atividade de trabalho, diferente de crianças um pouco maiores. A maior idade chegava aos 12 anos para as meninas e aos 14 anos para os meninos, os meninos ainda, passavam por uma preparação para a vida adulta dos 8 aos 12 anos, eram vestidos como adultos e frequentam espaços sociais, já para a igreja aos 7 anos já era considerada “a idade da razão”.

O período que demarca a infância e a adolescência no Brasil entre a Colônia e o Império, varia de acordo com a realidade social de cada indivíduo. O final do primeiro momento da infância é marcado até o final da amamentação, que dura até os três a quatro anos. O segundo ia até os sete anos, onde as crianças ficavam perto de seus pais e aprendiam as tarefas do cotidiano. A partir disso as crianças eram destinadas a trabalhos, muitas iam às escolas públicas criadas na metade do século XVIII e outras eram ensinadas em sua casa com professores. Nas escolas jesuítas as crianças brancas, escravas e indígenas ocupavam os mesmos espaços, mas assim que completassem sete anos, os brancos permaneciam e os demais eram encaminhados para o trabalho (Priore, 2010).

No Brasil Colônia (1530 - 1822), crianças indígenas e negras tinham como função o trabalho, a sua exploração era legitimada por toda a sociedade mostrando que a infância não era considerada e sim desumanizada. As crianças eram mais acessíveis para serem convertidas pelos Jesuítas, desta forma as mesmas estavam sob tutela dos padres para a catequização e a educação. Nestes espaços o objetivo era educar para que seguissem os ensinamentos e ideais dos colonizadores, desvalorizando a cultura ali presente. Por volta de 1755, os padres jesuítas foram expulsos e houve a percepção de que as crianças poderiam servir, sem o custo da educação (Linhares, 2016; Rizzini; Gondra, 2014).

Para os colonizadores, as comunidades que habitavam a terra, com todos os aspectos de sua cultura representavam atraso e, portanto, não havia necessidade de assistência e educação, fatos que contribuíram para a desumanização dos povos indígenas, desvalorização de suas tradições culturais e religiosas, justificadas, por exemplo, a escravidão e a ausência das escolas, mesmo as catequistas. A escola tornou-se restrita aos mais abastados. Com a expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus, a educação dos nativos, ficou à deriva da sociedade por longos anos (Linhares, 2016, p. 32-33).

De acordo com Góes e Florentino (2010), em relação às crianças escravas, as mesmas não possuíam um registro sobre o seu comércio em idades iniciais, as mesmas eram compradas ou vendidas quando mais velhas. Nos anos iniciais vinham junto com suas mães ou nasciam nas fazendas e muitas eram doadas logo após o seu nascimento. Quando vendidas o maior objetivo era obter a mãe para o trabalho na agricultura, muitas destas crianças morriam por falta de aleitamento materno, pois suas mães serviam como amas de leite para os filhos de seus senhores (Rizzini; Gondra, 2014).

Entre os cativos do Brasil predominavam os adultos, poucos dos quais chegavam aos cinquenta anos de idade. O equilíbrio entre os sexos variava segundo as flutuações do tráfico, e em tempos de grandes desembarques, chegava a haver sete homens para cada três mulheres. Na média, as crianças representavam apenas dois entre cada dez cativos. Obviamente, quanto mais tempo afastado do mercado de escravos estivesse um plantel, menos acentuados eram tais desequilíbrios: em fazenda que por vinte anos não compravam cativos, o equilíbrio entre os sexos era a norma, e as crianças podiam corresponder a um terço da escravidão, em estabelecimentos apartados do mercado há cinquenta anos, as crianças correspondiam a quase metade de todos os cativos (Góes; Florentino, 2010, p. 178).

Geralmente quando ocorria a venda de uma criança, muitas vezes eram separadas de seus pais, assim evitando formação de laços afetivos ou os laços que já haviam sido construídos, eram rompidos. Buscavam apadrinhamento entre escravos para se manter o mais próximo da família de origem e em uma tentativa de obter proteção. Muitas crianças não chegavam a sobreviver após um ano de idade, aquelas que sobreviveram, logo perdiam os pais, desta forma quando as crianças conseguiam alcançar os onze anos a grande maioria estava órfã (Linhares, 2016; Góes; Florentino, 2010).

Segundo Scarano (2010), as crianças filhos de escravos em Minas Gerais, até os sete anos viviam soltos e compartilhavam dos mesmos ambientes que outras crianças brancas e livres. As mulheres brancas lhes viam como brinquedos ou bichinhos de estimação, achavam as crianças engraçadinhas, brincavam e se divertiam com os pequenos e ofertavam comida. Após os sete anos trabalhavam como adultos, seja na agricultura, nos serviços domésticos, realizavam diversas atividades. Não tinham nenhum privilégio ou maiores cuidados por ainda serem pequenos, desta forma, eram desassistidos não tendo acesso a uma boa alimentação, roupas adequadas, ou mesmo a educação (Linhares, 2016).

A lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como a Lei do Ventre Livre, deu alguns direitos às crianças, garantindo assim alguma proteção. No artigo 1º aponta que crianças nascidas a partir desta lei fossem livres, acabando com o trabalho escravo, além disso

proibiu a venda de crianças menores de doze anos. Porém, mesmo após a criação desta lei, “[...] a criança escrava continuou nas mãos dos senhores, que tinham a opção de mantê-la até os 14 anos, podendo, então, ressarcir-se dos seus gastos com ela, seja mediante seu trabalho gratuito até os 21, seja entregando-a ao Estado, mediante indenização [...]” (Linhares, 2016; Rizzini; Gondra, 2014, p. 18; Brasil, 1871).

As crianças pobres, mas brancas, tinham um certo privilégio por conta da cor da pele, tendo maior possibilidade de ter um convívio social, estudos ou mesmo de conseguir um bom trabalho. Porém o tratamento era o mesmo, não eram vistas e consideradas, começavam a trabalhar ainda muito jovens. Os meninos tinham maiores possibilidades, na sua grande maioria entravam para a vida militar, fábricas, barbearias e oficinas. Já as meninas restavam apenas atividades domésticas, sem perspectiva de estudos (Linhares, 2016).

As crianças que chegaram no Brasil junto aos navios no século XVI, estes vinham geralmente acompanhados de seus pais, e os que vinham sozinhos geralmente eram órfãos, sua embarcação era permitida apenas como “grumetes ou pajens”. As crianças passavam por situações difíceis, mesmo as que estavam acompanhadas, corriam o risco de sofrer abusos sexuais de marinheiros ou qualquer outra pessoa da embarcação. Caso o navio fosse invadido por piratas, geralmente os adultos pobres eram assassinados e as crianças raptadas, escravizadas e prostituídas. Quando um navio naufragava, era comum as crianças se perderem de seus pais, morriam ou ficavam perdidas, mesmo que conseguissem chegar às terras ninguém as procurava, desta forma, ficavam sozinhas à própria sorte (Ramos, 2010).

Segundo Ramos (2010), em média 22% das populações eram pajens e grumes menores de 16 anos, para uma tripulação de 150 homens. Os pajens eram na sua grande maioria crianças vindas de famílias pobres, mas que tinham algum contato com a família real, ou pertenciam a baixa nobreza, as famílias viam a marinha como uma oportunidade de ganhar dinheiro e de crescer socialmente. Nos navios serviam diretamente a nobreza, a eles era destinada às funções relativas ao conforto como arrumar camas, dormitórios e servir as mesas, tinham vantagens em trabalhos considerados leves e por estarem próximos aos oficiais tinham uma alimentação mais rica, tendo menor probabilidade de adoecimento e morte. Em uma hierarquia estavam acima dos marinheiros e dos grumes que por sua vez eram destinados a trabalhos mais pesados e quando não seguiam as ordens sofriam castigos severos. Mesmo tendo algumas vantagens por estarem próximos de oficiais, não estavam livres de sofrer violências, entre elas, a violência sexual.

Alguns meninos filhos de oficiais ou que tinham algum privilégio embarcavam como acompanhantes ou pajens, meninos pobres como grumes. Por sua vez, as meninas na sua grande maioria, menores de 16 anos, que viviam em orfanatos ou aquelas que eram órfãs de pai, eram tiradas à força de suas famílias e embarcadas nos navios como órfãs do rei. Por estarem sozinhas nos navios, se tornavam alvos fáceis ao estupro por parte dos marinheiros ou qualquer outro homem presente na embarcação. Muitas destas meninas menores de 16 anos, quando eram embarcadas já estavam destinadas ao casamento, assim alguns religiosos as protegiam, não era uma tarefa fácil, por conta da quantidade de pessoas que haviam nas tripulações e pela falta de alimentação, muitas vinham a óbito antes mesmo do desembarque (Ramos, 2010).

Segundo Leite (2011), existe uma dificuldade em ver a história das crianças e dos adolescentes no século XIX, por conta dos poucos estudos de demografia histórica. Assim como as mulheres, as crianças possuem um apagamento dentro dos registros familiares, ficando ocultas dentro destes grupos quando se busca por dados quantitativos. Para além dos dados, as crianças não possuíam voz, não eram ouvidas e nem percebidas.

2.3 UM APANHADO SOBRE A HISTÓRIA DA HIGIENIZAÇÃO E O CONTROLE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ao longo da história os saberes científicos ganham relevância, para obter um título é importante estudar por algum tempo sobre determinado conteúdo, e com o avanço da ciência, esse estudo se tornou cada vez mais especializado e criterioso. No século XIX, a medicina se voltou para o alto índice da mortalidade infantil e passou a se preocupar com a higiene, com isso demonstrou a necessidade deste saber em todas as instituições. Desta forma é passível de ser utilizada como instrumento para obter poder e controle sobre as pessoas e as instituições (Rizzini; Gondra, 2014; Rizzini; Pilotti, 2011).

[...] a medicina afirma reconhecer a doença, prevendo sua evolução e terapêutica adequada, instituindo-se igualmente como arte necessária para enfrentar determinadas situações convertidas em campo de ação médica. Como prática, é também um exercício capaz de fazer o doente aderir ao diagnóstico e submetê-lo a um novo regime de vida. É precisamente a respeito desse regime de vida que a tarefa da persuasão torna-se mais importante, mais decisiva, já que daí decorre a aceitação de se mudar um conjunto de práticas no que diz respeito a bebidas, alimentos, exercícios, relações sexuais, enfim, todo um modo de vida (Rizzini; Gondra, 2014, p. 564).

A medicina se ocupa de um saber muito importante e que lhe dá um maior poder, que é a higiene, por meio dela tem a possibilidade de prevenção das doenças. A partir desta ciência se propõem o desenvolvimento de práticas higienistas dentro das instituições como nas escolas, hospícios, igrejas, quartéis, prisões, entre outras instituições. Essas práticas não são só sobre a higiene física e do ambiente, se relaciona com as roupas, alimentos, a iluminação do local, se determina por quanto tempo, o equilíbrio, qual a intensidade que intervenções seriam realizadas sob as pessoas e a população no geral. Para o bom andamento das escolas por exemplo, a medicina busca compreender qual a melhor idade para iniciar a escolarização e para além disso, se busca entender o funcionamento do corpo e da psique das pessoas, desta forma as escolas produziram pessoas educadas que vão de acordo com uma ideia higienista (Rizzini; Gondra, 2014).

Antes do século XIX, na Europa, por volta do século XVIII, iniciam-se discussões e publicações, principalmente por médicos, administradores e militares sobre o cuidado das crianças. A preocupação era em relação ao futuro da civilização e para isso era importante pensar sobre a maneira como as crianças eram educadas. Como centro das discussões estavam as crianças abandonadas que viviam em hospícios, crianças criadas por amas de leite e a maneira superficial que as crianças ricas eram educadas. Um dos principais objetivos era manter viva as crianças e os adolescentes que viviam nos chamados hospícios, onde a mortalidade era alta, causando prejuízo ao estado. A sobrevivência era fundamental para que pudessem servir, seja em trabalhos militares, na marinha ou para serem enviados para a colonização. Como não havia vínculo familiar, eram aptos para serem enviados a qualquer lugar (Donzelot, 1980).

Neste período passa a ser vista a importância da educação e conseqüentemente a mudança da percepção da infância. Essas mudanças ocorreram a partir de um interesse de mudar algumas formas de educar, que se dividem em dois pontos, o primeiro, “difusão da medicina do mestiça”, que consistia em ensinar os pais, principalmente as mães sobre os cuidados necessários para que cuidassem de seus próprios filhos, a fim de não ser mais necessários serviçais, desta forma, evitando influências negativas. E o segundo ponto é controlar a natalidade entre a população mais pobre, para que os mesmos cuidassem de seus filhos, diminuindo assim as crianças mantidas pelo estado (Donzelot, 1980, p. 23).

De acordo com Donzelot (1980), no final do século XVIII e durante o século XIX, a medicina criou um material com instruções sobre como educar as crianças, cuidados com a

higiene e medicação. Já no final do século a maneira como a medicina se posiciona muda de forma, percebem a necessidade de mudar a comunicação com as famílias, devido ao aumento de pessoas não qualificadas que estavam se passando por médicos, banalizando o saber e diminuindo assim o poder da medicina. A Medicina da Família aproxima os médicos das mães e essa influência gera três mudanças na maneira como as famílias se organizam:

[...] 1. o fechamento da família contra as influências negativas do antigo meio educativo, contra os métodos e os preconceitos dos serviçais, contra todos os efeitos das promiscuidades sociais; 2. a constituição de uma aliança privilegiada com a mãe, portadora de uma promoção da mulher por causa deste reconhecimento de sua utilidade educativa; 3. a utilização da família pelo médico contra as antigas estruturas de ensino, a disciplina religiosa, o hábito do internato (Donzelot, 1980, p. 24).

Apesar das evoluções com a saúde da criança e da mulher, a medicina mantém o preconceito contra as serviçais, são contra as parteiras, pregam a importância de escolher uma boa ama de leite e não concordam com a maneira como as mesmas cuidam dos bebês. Mas por outro lado, a medicina foi importante no estudo da relevância do brincar, o cuidado com a maneira e o que se fala para as crianças, da importância de se ter um espaço próprio para a criança e da vigilância constante de um cuidador. Essa mudança na forma de governar as crianças, têm como objetivo possibilitar um crescimento livre, fortalecendo o corpo, favorecendo um bom desenvolvimento, além disso tem como propósito proteger as mesmas de possíveis “raptos sexuais”, e difunde a importância do cuidado com a higiene, assim tendo um maior controle de doenças (Donzelot, 1980, p. 24).

No Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX, iniciou-se a preocupação com a infância por parte de profissionais da medicina, assistência social, juízes e pedagogos. Esta preocupação vem com a ideia de higienização da sociedade, com isso a necessidade de saneamento, vacinação, a criação de escolas, hospitais, presídios e hospícios. O maior foco da ideia higienista eram as crianças pobres, pois nelas existia o perigo de uma sociedade não funcional, com isso se criou os asilos ou hospícios para a detenção destas. O objetivo era a educação integral, continha no mesmo espaço uma moradia, a escola e a possibilidade de uma aprendizagem técnica para formar trabalhadores qualificados (Rizzini; Gondra, 2014).

No Brasil, as preocupações com a delinquência, a insegurança pública, o desenvolvimento industrial e a urbanização crescente do Rio de Janeiro e de São Paulo começaram a caracterizar uma atenção de diferentes agentes para as questões ligadas ao governo das populações, por volta do final do século XIX e início do século XX. Através do lema “salvar as crianças”, toda uma rede de autoridades

passou a ser discutida e viabilizada, no corpo dos aparatos jurídico-estatais, voltada para a atenção à criança e o seu controle [...] (Schuch, 2006, p. 61).

Neste projeto de limpeza das cidades e maior controle da população, as crianças eram tiradas das ruas, detidas juntas aos adultos, vistas como pequenos vadios. O destino destas crianças passou a ser questionado, pois não havia um retorno à sociedade. Em 1899, o chefe de polícia do Rio de Janeiro, fundou uma escola para estas crianças, com o objetivo de ensinar disciplinas como ortografia, matemática, artes, disciplinas sobre higiene, preparação física, ensinavam sobre mecânica e preparavam os alunos para o trabalho na agricultura, atividades domésticas e na indústria, que era considerado o maior objetivo (Rizzini; Gondra, 2014).

O período adotado pelas instituições para o início da ação educativa não desmentia a pauta médica: a internação ocorria entre 6 e 7 anos, quando a criança era iniciada no aprendizado das primeiras letras nas salas de aula instaladas no interior dos asilos. O treinamento para o trabalho deveria ser adiado até a idade em que o menino tivesse a robustez suficiente para suportar as exigências do trabalho manual nas oficinas e no campo. A entrada na puberdade anunciava o tempo do trabalho, e, se nas escolas regulares, as fotografias das salas de aula em atividade representavam o labor educativo, nos internatos as fotografias dos aprendizes trabalhando nas oficinas surgiam como um meio de afirmação de sua identidade educacional: formar trabalhadores dedicados aos seus deveres (Rizzini; Gondra, 2014, p. 571).

Em 1920, foi criado o Serviço de Assistência a Menores (SAM), que é um órgão federal responsável pelo controle de assistência em nível nacional. Atendia menores abandonados ou que estavam nas ruas, e os encaminhava às instituições públicas e privadas que tinham parceria com o governo. Dentro desta parceria pública e privada, houve muitas situações de corrupção, trocas de favores, recursos repassados sem fiscalização e controle fiscal, verbas desviadas, desta forma muitos benefícios não foram repassados às crianças e adolescentes. Instituições particulares não cadastradas recebem verbas do governo e pais de crianças ricas internam seus filhos nos melhores asilos, se passando por crianças necessitadas (Rizzini; Pilotti, 2011).

Segundo Rizzini e Pilotti (2011), é no período colonial que se tem origem no Brasil a não valorização da infância, mas é no período do regime republicano que houve debates em relação à importância de ser realizados investimentos nas crianças, de pensar em políticas públicas capazes de possibilitar um desenvolvimento mais igualitário. Porém, em vez disso, verbas foram repassadas na criação de asilos para crianças e adolescentes, com o objetivo de domar os que estavam nas ruas, e outras crianças e adolescentes pobres que tinham família se tornaram trabalhadores.

A antiga prática de recolher crianças em asilos propiciou a constituição de uma cultura institucional profundamente enraizada nas formas de “assistência” propostas no Brasil, perdurando até a atualidade. O recolhimento, ou a institucionalização, pressupõe, em primeiro lugar, a segregação do meio social a que pertence o “menor”; o confinamento e a contenção espacial; o controle do tempo; a submissão à autoridade - formas de disciplinamento do interno, sob o manto da prevenção de desvios ou da reeducação dos segregados. Na medida em que os métodos de atendimento foram sendo aperfeiçoados, as instituições adotavam novas denominações, abandonando o termo asilo, representante de práticas antiquadas, e substituindo-o por outros, como escola de preservação, premonitória, industrial ou reforma, educandário, instituto... (Rizzini; Pilotti, 2011, p. 20).

Recentemente as crianças e os adolescentes passaram a ser vistos como sujeitos de direito, leis foram formuladas pensando na proteção e no cuidado das mesmas. Porém, “[...] a história das políticas sociais, da legislação e da assistência (pública e privada), é, em síntese, a história das várias fórmulas empregadas, no sentido de manter as desigualdades sociais e segregação das classes - pobres/ servis e privilegiadas/dirigentes [...]”. Desta forma, podemos perceber que ainda nos dias de hoje muitas crianças e adolescentes são criminalizados, medicados, patologizados e as leis não são pensadas para crianças e adolescentes que vivem em periferias ou em situação de pobreza. Assim, demonstrando que apesar de muitos avanços, ainda ocorrem situações de violência e descaso que vão se alterando e tendo outras maneiras no exercício do poder (Rodrigues; Lemos, 2019; Rizzini; Pilotti, 2011, p. 16).

2.4 CRIAÇÃO DE LEIS E PROTEÇÃO

No Brasil durante o século XIX, decorrente do capitalismo industrial, o surgimento das linhas de produção em massa, as crianças tinham uma jornada de trabalho de aproximadamente 16 horas ou mais. Com esta realidade surgiram mudanças na estrutura familiar, aumento de doenças e problemas de ordem social, em contrapartida, iniciaram as ações para a proteção e o cuidado de crianças e adolescentes. Ainda neste século foi criada a primeira lei que estabelece uma idade mínima para trabalhos em minas de carvão, fábricas de lã, e proíbe o trabalho noturno das crianças. Porém, apenas no final do século XIX e início do século XX, surgiu a ideia de proteção à infância, mas a aplicação das leis, a visão da criança como sujeito de direitos surgiu apenas nos últimos vinte anos (Carvalho; Bizzotto, 2022; Brasil, 2013; Faleiros; Faleiros, 2007).

A Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, de 1924, é considerada a primeira menção, registrada em instrumento internacional, à necessidade da infância e da adolescência contarem com tratamento diferenciado por parte dos adultos. Alguns anos depois, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 destacou a necessidade de que todas as crianças e suas mães recebam cuidados e

assistência especial. Em 1959, a Declaração Universal dos Direitos da Criança forneceu as bases doutrinárias da Convenção aprovada três décadas depois, em 1989 (Carvalho; Bizzotto, 2022, p. 31).

A Convenção de 1989 sobre os Direitos das Crianças, foi um marco legal que favoreceu a criação de outras leis para a proteção e a garantia de direitos. Ainda não colocou a criança como sujeito de direito, mas incluiu menores de 18 anos na Declaração dos Direitos Humanos. Em documentos anteriores a este, crianças e adolescentes eram tidos como objeto de proteção, onde a total responsabilidade era da família e o governo não se envolvia, desta forma, não tendo a possibilidade de incluir crianças e adolescentes em políticas públicas. “[...] A Convenção é o documento de direitos humanos mais ratificado do mundo e desencadeou a revisão das legislações nacionais dos mais de 190 países signatários [...]”. Países que se comprometeram com a Convenção, são obrigados a atualizar a documentação e criar políticas públicas, além de incentivar projetos e ações. (Carvalho; Bizzotto, 2022, p. 35).

Em 1988 o Brasil teve uma nova constituição aprovada onde seus idealizadores sonhavam com um país melhor, nela se pede a demarcação das terras indígenas, assim como o direito pelo território dos descendentes de escravos; declara direitos aos idosos, mulheres e ao meio ambiente. Além de dar enfoque na proteção das crianças e dos adolescentes de maneira integral, tendo o parágrafo 4º, do art. 227 onde, “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”. Segundo o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2013), estas leis foram criadas a partir da mobilização de grupos sociais que viam a necessidade do estado formular leis que protegiam menores de idade, visto que a violência sexual é uma violência velada, ainda pouco falada e vista (Brasil, 2013; Faleiros; Faleiros, 2007).

A CF/88 foi um marco, na medida em que provocou uma substancial mudança no campo dos direitos humanos de crianças e adolescentes. A visão da “criança-objeto”, da “criança menor”, ou seja, a visão higienista e correccional é substituída pela visão da criança como sujeito de direitos. O mais importante nesse movimento, inaugurado pela Criança Constituinte e que culminou com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em 1990, é a afirmação da universalidade dos direitos da criança. Não se trata mais de categorizar a infância como “irregular”, mas de pensar em toda a diversidade desse público no Brasil (Brasil, 2013, p. 7).

No dia 13 de julho de 1990, é sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde se repetem disposições como o direito da criança à segurança, escola, convívio

familiar, alimentação, lazer, saúde, em que já estavam presentes na Constituição. Inovou quando trouxe a Infância e a Adolescência como “sujeitos de direitos” e que necessitam de uma proteção integral, além de colocar sob a responsabilidade da família, do Estado e da sociedade a proteção e o cuidado (Brasil, 2022, p. 08; Brasil, 2013).

O Brasil foi um dos primeiros países a formular um Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde incentivou muitos outros países na América Latina. Com o ECA foi possível criar outros serviços de proteção e atendimento a crianças, como o Juizado da Infância e Juventude, Delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes que sofreram violência, e Ministérios Públicos e Defensorias especializadas nesse público (Brasil, 2022; Brasil, 2013).

No ano de 2000 foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e do Adolescente (CONANDA) a criação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, demonstrando um grande avanço no enfrentamento da violência. E teve como função auxiliar instituições não governamentais na formulação de medidas e campanhas preventivas, além disso facilitou o monitoramento das Políticas Públicas (Brasil, 2013).

Essas legislações não asseguram que os direitos de crianças e adolescentes sejam garantidos. Quando políticas públicas são desenvolvidas, deve ser levado em consideração a diversidade cultural e as desigualdades presentes no país, levando em consideração questões raciais, de gênero, econômicas, etc. É de extrema importância olhar para a violência de perto, realizar pesquisas que mapeiam as necessidades de uma determinada região, assim possibilitando a criação de medidas para as necessidades ali presentes (Carvalho; Bizzotto, 2022; Fonseca; Cardarello, 2009).

De acordo com Carvalho e Bizzotto (2022), na atualidade o espaço das crianças é separado do dos adultos. O público, as ruas são reservados para os adultos, já as crianças só possuem acesso acompanhado de um responsável, o que reflete na forma em que as mesmas ocupam estes lugares, um exemplo é a transformação do brincar, que antes eram ao ar livre, agora é reservado aos espaços fechados. As casas são reservadas para o cuidado e a proteção das crianças e o planejamento familiar. As escolas surgiram com o intuito de preparar as crianças para a vida, além disso as afastando do trabalho e da violência. Como consequência dessa divisão e falta de participação das crianças na vida pública, é a sua invisibilidade quando se refere ao planejamento de políticas públicas.

A domesticação da infância, que pode ser vista como a institucionalização, é uma maneira de padronizar os comportamentos a partir de uma infância vivida por crianças de classe média alta de países europeus e Norte-Americano. Quando uma criança vive uma infância diferente do habitual, é dito que a mesma não tem infância desconsiderando assim outras maneiras de viver a infância ou as infâncias de crianças que vivem em outros países de diferentes culturas, classes sociais, com outras realidades (Carvalho; Bizzotto, 2022).

E, por vezes, a diversidade da infância, torna-se desigualdade. Em 2021 a população brasileira era estimada em 213 milhões de habitantes. Crianças e adolescentes de 0 a 19 anos correspondem a 33,0% desta população, em torno de 70,4 milhões. Em regiões do Norte e Nordeste crianças e adolescentes vivem mais em regiões rurais, já nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, residem majoritariamente em localizações urbanas. Segundo os dados de 2020, 44,5% das crianças de até 14 anos de idade vivem em condição domiciliar de baixa renda no Brasil (Carvalho; Bizzotto, 2022; Fundação ABRING, 2022).

Embora as desigualdades que recaem sobre a infância brasileira sejam históricas e persistentes, diversas pesquisas têm apontado para o agravamento da situação durante a pandemia, sendo identificados: o aumento nas taxas de abandono escolar, o recuo nas matrículas em creches, a estagnação da taxa de mortalidade (que vinha decrescendo), o crescimento do número de crianças abaixo de 5 anos desnutridas e das taxas de notificação de violência doméstica e sexual, além da diminuição da cobertura vacinal obrigatória de crianças. Em comum, esses estudos trazem a constatação de que a situação é ainda mais grave para crianças brasileiras moradoras de áreas rurais, pobres, negras ou deficientes (Carvalho; Bizzotto, 2022, p. 27).

Segundo Sarmiento e Pinto (1997), mesmo após a elaboração de leis e políticas públicas, as crianças e os adolescentes são o maior grupo etário que sofre pela desigualdade, são as maiores vítimas da pobreza, da violência, de opressões, são afetadas pelas guerras, e o trabalho infantil é ainda presente em muitos países, além de serem as maiores vítimas de turismo sexual.

Já é visto a relevância que a infância e a adolescência possuem para o desenvolvimento humano, além disso é um período relativamente curto em comparação a outras fases etárias, mostrando o quanto é urgente que políticas públicas sejam vistas e revistas, pois as que existem, se mostram muitas vezes ineficientes pelas falhas de continuidade e rupturas que possuem. É importante que ao se desenvolver e executar as ações dentro de políticas públicas, a infância e a adolescência seja vista a partir de suas realidades, assim evitando uma incongruência entre as necessidades e o que é proposto (Gomes, 2022).

2.5 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E DA ADOLESCÊNCIA

A infância está atrelada à ausência de fala segundo a autora Lajolo (2011), quem estuda e fala sobre ser criança são os adultos e profissionais de áreas como o da educação, psicologia, medicina, assistência social, entre outros. Essa ausência de fala marca a infância não apenas nos estudos, mas também na elaboração de leis e nos projetos sociais. Essa ausência de lugar, não está reservado apenas as crianças, mas também as mulheres, negros, índios e outras minorias, desta forma, sempre possui um outro determinando quem são estas pessoas e falando por elas.

Assim, por não falar, a infância não se fala e, não se falando, não ocupa a primeira pessoa nos discursos que dela se ocupa. E, por não ocupar esta primeira pessoa, isto é, por não dizer eu, por jamais assumir o lugar de sujeito do discurso, e, conseqüentemente, por consistir sempre um ele/ela nos discursos alheios, a infância é sempre definida de fora (Lajolo, 2011, p. 230).

Quando a espécie humana nasce, é dependente de um outro, até atingir tamanho, idade e maturidade suficientes. As crianças não tiveram voz ativa, ou mesmo foram ouvidas para a realização de estudos voltados à infância, por exemplo, porém, não é possível desconsiderar a importância do conhecimento que foi construído ao longo da história. Classificar o que é ser uma criança, o que significa ter um tamanho ou outro, o que é ter uma idade ou outra, varia de acordo com o lugar e com o período histórico. Diferentes disciplinas pensaram o que é a infância e passaram por muitas mudanças ao longo do tempo, primeiro a criança foi vista como um mini adulto, após isso se entendeu que eram o oposto dos adultos; foram vistas como uma folha em branco e ali tudo poderia ser ensinado e criado; pensaram que as características e a forma de ser estava relacionado apenas a genética; a psicanálise entendia que as meninas já nasciam com inveja do pênis que não tinham. Houve muitas dúvidas e contradições ao longo do tempo sobre o que é essa fase chamada infância e adolescência (Lajolo, 2011).

O período do ciclo vital da vida é determinado de acordo com a construção social de cada grupo, e em um determinado período da história. Em cada região do mundo as pessoas são diferentes, no modo como pensam e se comportam, desta forma os ciclos de vida também são compreendidos de maneira única, a autora coloca como exemplo o período da adolescência, que a pouco tempo teve um reconhecimento dentro das sociedades industriais. Além destas diferenças marcadas pelas culturas de diferentes países, existem diferenças individuais de cada ser humano, como a genética, a estrutura física, habilidades emocionais,

intelectuais, o ambiente em que nasceu, estímulos que recebeu, temperamento etc. Quando se trata de desenvolvimento humano existem muitas variáveis a serem observadas, porém se compreende que alguns marcadores são importantes para o crescimento de uma pessoa (Papalia; Olds; Feldman, 2006).

Sarmiento e Pinto (1997), questionam em que limites etários a infância acontece, a partir do nascimento é uma certeza, mas hoje a gestação já é vista como um período em que existe uma interação com o externo e que os direitos ao cuidado materno e do bebê devem ser garantidos. O questionamento maior é quando se deixa de ser criança, segundo a Lei N 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 2º: Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (Brasil, 1990).

Estes períodos são aproximados, pois apesar de existirem marcadores do desenvolvimento e terem uma grande relevância, cada indivíduo é único e possui o seu próprio tempo de crescimento e vivência sua infância de maneira singular. A infância pode ser dividida em três etapas, a Primeira Infância do nascimento aos três anos, a Segunda Infância dos três aos seis anos e a Terceira Infância dos seis aos onze anos (Brasil, 2022; Papalia; Olds; Feldman, 2006; Sarmiento; Pinto, 1997).

Na primeira infância (0 aos 03 anos) as crianças são exclusivamente dependentes dos pais ou cuidadores, necessitam que os mesmos satisfaçam suas necessidades básicas, como a alimentação, limpeza, segurança, moradia e afeto. Logo cedo todos os seres humanos reagem ao meio a partir de suas emoções, como a tristeza, alegria, raiva, a partir do temperamento de cada um, sentimos cada emoção de maneira única com maior ou menor intensidade. Para os bebês é fundamental a expressão emocional, pois a partir dela conseguem comunicar aos adultos as suas necessidades como a fome, o sono, garantindo assim a sobrevivência. Quando uma pessoa reage às necessidades do bebê, laços de afeto e ligação se fortalecem (Papalia; Olds; Feldman, 2006).

A partir dos 9 aos 10 meses o bebê consegue experienciar e interpretar as emoções ao mesmo tempo. As lembranças começam a permanecer na memória, neste período as crianças começam a ter medo de pessoas estranhas. “[...] O desenvolvimento cognitivo desempenha um papel importante na emoção quando os bebês aprendem a avaliar o significado de uma situação ou de um evento em seu contexto e aferir o que está acontecendo segundo expectativas baseadas em experiências prévias [...]”. Portanto, uma criança não se sente bem

com uma pessoa estranha, sente medo, mas pode se acostumar com o tempo caso tenha um maior contato com essa pessoa dentro de um contexto familiar (Papalia; Olds; Feldman, 2006, p. 222).

Nos primeiros anos de vida a criança desenvolve a confiança básica versus desconfiança básica, pode ser entendida como uma segurança em relação aos comportamentos de cuidados de seus pais. Essa confiança também está relacionada com a percepção que a criança possui sobre a própria existência e sua capacidade de crescimento e no enfrentamento das dificuldades. Quando essa fase é desenvolvida de maneira satisfatória as crianças conseguem com maior facilidade desenvolver boas relações, caso contrário serão hostis e desconfiarão de outras pessoas. Desenvolver um apego seguro garante que a criança sentirá confiança em seus pais, e possui valor adaptativo pois garante que as suas necessidades serão atendidas, o apego é estabelecido quando os pais respondem às necessidades de seus filhos de maneira positiva e afetuosa (Papalia; Olds; Feldman, 2006; Erikson, 1987).

Segundo Papalia, Olds e Feldman (2006), entre o primeiro e o segundo aniversário, o bebê se torna uma criança, é possível observar que a partir do segundo ano a criança começa a desenvolver uma maior percepção de si mesmo, desta forma tendo maior consciência e controle sobre suas emoções, acompanhado de uma maior mobilidade física, dando seus primeiros passos e explorando o ambiente ao seu redor. A linguagem fica mais expressiva, aumentando o contato com os pais e a sociedade.

A segunda infância (03 anos aos 06 anos), fisicamente as crianças desta faixa etária se tornam mais ágeis e exploradoras, conseguem correr e pular, esse período também é marcado pela entrada na pré-escola. Cognitivamente a criança entra na estágio pré-operacional, caracterizada por um maior uso do pensamento simbólico, as crianças não precisam ver uma pessoa para saber que ela existe; possuem maior percepção sobre identidades, mesmo que uma pessoa se fantasie de um personagem, por exemplo. A criança ainda entende quem é aquela pessoa; tem maior compreensão de causa e efeito sobre as coisas e os eventos, porém ainda não possuem um pensamento lógico; entende os números e consegue categorizar e classificar, como: as cores, ou mesmo colocar pessoas como boas ou más; conseguem ter uma capacidade empática de se colocar no lugar do outro, além de ter uma maior compreensão sobre o funcionamento da mente e das emoções (Papalia; Olds; Feldman, 2006; Piaget; Inhelder, 1997).

Segundo Papalia, Olds e Feldman (2006), a terceira infância inicia aos 06 anos até os 11 anos, a escola é o foco desta faixa etária, pois influencia o desenvolvimento psicossocial, cognitivo e físico. As crianças se tornam mais fortes e ágeis, facilitando a participação em jogos e brincadeiras de grupo. Possuem avanços em relação aos pensamentos, julgamento crítico, memória, influenciando assim na escrita e na leitura. Próximo aos sete anos a criança entra nas operações concretas, conseguem ter pensamentos lógicos para solucionar problemas levando em consideração diferentes aspectos, além de conseguirem se localizar no tempo e no espaço e compreender a causa e o efeito das coisas (Piaget; Inhelder, 1997).

Na atualidade a adolescência pode ser marcada a partir da idade que se inicia aos 11-12 anos até em torno dos vinte anos, visto que a maioridade é alcançada segundo a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, aos dezoito anos. A adolescência é um período do desenvolvimento humano de muitas mudanças, físicas, psicossociais, cognitivas e relacionais, que ocorrem de maneira singular para cada pessoa. Pode ser marcada com o início da puberdade, que é representada com o amadurecimento sexual de maneira física, portanto a possibilidade de procriação, e o crescimento e as mudanças físicas graduais, passando a ter uma aparência mais próxima de um adulto, se afastando cada vez mais de um corpo infantil (Papalia; Olds; Feldman, 2006; Brasil, 1990).

As mudanças físicas e hormonais são acompanhadas de muitas instabilidades e conflitos emocionais, pois o adolescente não é mais uma criança, mas ainda possui uma dependência em relação aos cuidados dos pais e uma imaturidade emocional. Busca se aproximar de uma vida adulta adquirindo maiores responsabilidades e liberdades, porém ainda não é um adulto. É um período do desenvolvimento humano de muita importância para o entendimento da própria identidade e a autonomia (Aberastury; Knobel, 1981).

A perda do corpo infantil leva a um não reconhecimento do novo corpo, vem acompanhado de muitos conflitos internos. Muitas vezes se fechar dentro de si é uma forma de se compreender enquanto sujeito adulto em busca da própria maturidade. Os pais que antes serviam de modelo de inspiração neste período, passam a ser algo distante, e figuras externas como o grupo de amigos se aproximam de um novo ideal. Neste processo se experimenta diferentes formas de ser e se comportar, a fim de encontrar a própria identidade (Aberastury, 1981).

Só quando a sua maturidade biológica está acompanhada por uma maturidade afetiva e intelectual, que lhe possibilite a entrada no mundo do adulto, estará munido de um sistema de valores, de uma ideologia que confronta com a de seu meio e onde

a rejeição a determinadas situações cumpre-se numa crítica construtiva-o. Confronta suas teorias políticas e sociais e se posiciona, defendendo um ideal. Sua idéia de reforma do mundo se traduz em ação. Tem uma resposta às dificuldades e desordens da vida. Adquire teorias estéticas e éticas. Confronta e soluciona suas idéias sobre a existência ou inexistência de Deus e a sua posição não é acompanhada pela exigência de um submeter-se, nem pela necessidade de submeter (Aberastury, 1981, p. 15).

A adolescência não deve ser vista apenas como uma preparação para a vida adulta, mas sim como um processo de crescimento rico e único. Este processo é vivido e visto de acordo com a cultura e dentro de seu tempo, mas não podemos negar que alguns marcadores ocorrem independente da cultura, pois o crescimento físico é inevitável. O afastamento do corpo infantil, as mudanças físicas, abrem espaço para um maior entendimento da própria sexualidade. “É preciso destacar que o poder chegar a utilizar a genitalidade na procriação é um feito biopsicodinâmico que determina uma modificação essencial no processo de conquista da identidade adulta e que caracteriza a turbulência e a instabilidade da identidade adolescente [...]” (Aberastury, 1981; Knobel, 1981, p. 30).

Além de haver mudanças físicas a cognição também passa por um crescimento, os adolescentes passam a ter uma maior avaliação da realidade, além de ter um pensamento abstrato, conseguem planejar seu futuro e ver o mundo de maneira mais real. Se encontram no período das operações formais, conseguem compreender o tempo e o espaço, possuem maior flexibilidade em sua forma de pensar, identificam símbolos complexos, assim por exemplo, podem aprender matemática de maior complexidade, além disso conseguem formular hipóteses e propor soluções (Papalia; Olds; Feldman, 2006; Piaget; Inhelder, 1997).

A escola tem papel fundamental para o desenvolvimento cognitivo e social. Neste momento do desenvolvimento também surgem as inquietações para o futuro, voltado à entrada no mercado de trabalho, bem como a continuação dos estudos. Essa realidade não se constrói da mesma maneira para todos os adolescentes, para muitos a escola é um empecilho por conta da necessidade em iniciar a vida no trabalho mais cedo e as responsabilidades que muitos carregam ao precisar auxiliar no sustento da família (Papalia; Olds; Feldman, 2006).

2.5.1 A MEMÓRIA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E A VIOLÊNCIA

Nos constituímos enquanto sujeito a partir da nossa memória, seja ela do passado ou as do presente. Nossa memória tem a habilidade de registrar, manter e lembrar de acontecimentos. A capacidade de memorização está relacionada a nossa atenção, a

consciência e também das emoções sentidas naquele momento, sejam eles positivos ou negativos. Possuímos diversos tipos de memórias, como as emocionais, visuais, auditivas, olfativas, somestésicas, cinestésicas, entre outras. Portanto, quando memorizamos algo vários elementos estão associados e contextualizados, momentos significativos estão atrelados às percepções sensoriais (Rotta; Ohlweiler; Riesgo, 2016; Izquierdo, 2014; Dalgarrondo, 2008).

Ao longo da vida utilizamos toda a nossa capacidade de memória, porém para que haja um bom funcionamento, esquecemos de informações não relevantes, assim abrindo espaço para novas lembranças. Nosso cérebro compreende quais memórias não devem ser lembradas com facilidade, porém isso não significa que não tenhamos acesso a elas. É comum que esqueçamos acontecimentos negativos ou de cunho traumático. Segundo os autores Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2016), isto é considerado saudável, pois seria emocionalmente insustentável se tivéssemos que lembrar de tudo (Rotta; Ohlweiler; Riesgo, 2016; Izquierdo, 2014).

Segundo Izquierdo (2014, p. 14), a memória nos torna um ser único. “[...] Um humano ou um animal criado no medo será mais cuidadoso, introvertido, lutador ou ressentido, dependendo de suas lembranças específicas mais do que de suas propriedades congênitas [...]”. Outro exemplo é que mesmo crescendo com irmãos de idades próximas, cada um terá uma percepção e uma relação única com seus pais, desta forma, guardará na memória uma lembrança singular dos mesmos. Somos seres únicos por diversos fatores, e a memória é um deles, pois nos recordamos de coisas que a outra pessoa nunca saberá ou compreenderá.

A primeira memória que se inicia por volta de um ano aos dois anos e se desenvolve até os cinco anos, é a memória operacional, também chamada por alguns autores por memória de trabalho ou imediata. A memória de trabalho tem como função nos organizar no dia a dia, sabemos o que fizemos a alguns minutos, ou o que ainda temos que fazer, ela nos orienta dentro de determinados contextos, além disso seleciona o que já existe em nossa memória, assim descartando e o que pode ser arquivado. Um exemplo é quando pedimos uma informação pontual a alguém, mantemos aquela informação guardada até executar e após isso a apagamos da memória (Rotta; Ohlweiler; Riesgo, 2016; Izquierdo, 2014; Papalia; Olds; Feldman, 2006).

Nos primeiros três anos de nossa vida, não temos memórias, é chamado por alguns autores como Amnésia Infantil, isso acontece, pois, as memórias não são codificadas ou

preparadas para o armazenamento, como ocorre no restante da vida. A partir dos dois anos as crianças desenvolvem a memória de trabalho, desta forma conseguem memorizar eventos repetidos, sem uma percepção de tempo e espaço ou do significado que as coisas possuem, mas essa memória lhes ajuda a saber o que esperar em determinada situação ou como agir (Rotta; Ohlweiler; Riesgo, 2016; Papalia; Olds; Feldman, 2006).

Já as memórias chamadas episódicas ou autobiográficas, possibilitam que a criança grave eventos atípicos com maior detalhe, se recordando do tempo e do local. Essas memórias permanecem por um tempo limitado, caso ocorram com maior frequência podem se tornar memórias de longo prazo. Isso ocorre, pois, crianças muito pequenas se apegam em detalhes muito pequenos, não tendo uma percepção do todo, além de ter menor repertório sobre as coisas (Izquierdo, 2014; Papalia; Olds; Feldman, 2006).

Segundo Izquierdo (2014), a memória pode ser classificada pelo seu tempo de duração, sendo ela de curta ou longa duração. As memórias que permanecem conosco durante toda a vida, levam tempo para serem consolidadas e são muito sensíveis, pois qualquer interferência externa pode levar a alteração desta memória. A memória de curta duração permanece de uma a seis horas, durante este tempo, esta memória pode se tornar de longo prazo.

Justamente o fato de que a fixação definitiva de uma memória é sensível a numerosos agentes externos ou internos aplicados depois da aquisição definiu o conceito de consolidação. As memórias de longa duração não ficam estabelecidas em sua forma estável ou permanente imediatamente depois de sua aquisição. O processo que leva à sua fixação definitiva da maneira em que mais tarde poderão ser evocadas nos dias ou nos anos seguintes denomina-se consolidação (Izquierdo, 2014, p. 41).

As memórias autobiográficas são importantes pois fazem parte da história do sujeito, na infância elas permanecem quando possuem um significado especial, detalhes irrelevantes são esquecidos pois são episódicos. Essas memórias se iniciam por volta dos três anos, tendo um aumento significativo após os cinco até os oito anos. Vivências em que as crianças estão participando de forma ativa tende a ter maior permanência na memória, outros fatores como a forma como os pais contam e relembram a história, facilitam esse processo (Papalia; Olds; Feldman, 2006).

Isso sugere que a memória autobiográfica (e o declínio da amnésia infantil) está relacionada com o desenvolvimento da linguagem. A capacidade de falar sobre um fato pode não ser necessária para que uma criança pequena recorde dele, mas as habilidades verbais podem determinar se e como as memórias podem ser levadas para a vida posterior (Fivush e Schwarzmüller, em fase de elaboração). Somente

depois de poderem colocar as lembranças em palavras, as crianças podem mantê-las em suas mentes, refletir sobre elas e compará-las com as lembranças dos outros (Papalia; Olds; Feldman, 2006, p. 300).

A linguagem é um importante fator para a codificação dos acontecimentos e o seu armazenamento. Por meio dela recebemos as informações do meio e transformamos os pensamentos, emoções e sensações em linguagem possível de ser compreendida por outras pessoas. Essa linguagem pode ser falada, escrita ou por gestos. Por não termos uma linguagem desenvolvida antes dos três anos de idade, não tem como comunicar o que era experienciado, sensações são sentidas, mas não comunicadas e difíceis de serem descritas (Rotta; Ohlweiler; Riesgo, 2016).

A partir desta breve explanação sobre o funcionamento da memória e a importância das vivências experienciadas ao longo da vida sejam elas positivas ou negativas, entende-se que memórias traumáticas permanecem conosco e muitas vezes podem se transformar em transtornos, como o Transtorno de Ansiedade Pós-Traumático - TEPT, entre outros. Quando uma pessoa é exposta a um evento traumático o ocorrido fica presente na memória podendo haver uma revivência do acontecimento, evitabilidade de pensamentos ou lugares que remetem ao ocorrido e uma hiperexcitação que persiste (Levitan; Chagas; Crippa; Nardi, 2011).

Em estudo realizado por Habigzang *et al.* (2010), buscou identificar a presença de sintomas de Transtorno de Estresse Pós-Traumático - TEPT, em meninas que passaram por violência sexual durante a infância. O estudo foi realizado em duas etapas e buscou avaliar dois instrumentos diferentes (SCID/TEPT e K-SADS-PL/TEPT). Na primeira etapa participaram 40 meninas com idades entre 9 e 16 anos, a média da idade em que o abuso ocorreu foi de 8,97 anos, a violência perdurou por mais de um ano em 37,5% dos casos e houve outras formas de abuso como o físico e o psicológico em 92,5% da amostra. Na segunda etapa participaram 15 meninas com idade entre 7 a 13 anos, a média da idade em que ocorreu o crime foi de 7 anos e 6 meses. 26,7% dos casos a ocorrência de violência foi única, enquanto 73,3% houve mais de um episódio de violência. Houve alta prevalência de sintomas de TEPT em ambas as amostras. Mesmo pacientes sem o diagnóstico de TEPT, apresentaram alguns sintomas.

Segundo o DSM-5-TR (2023), o Transtorno de Estresse Pós-Traumático pode surgir após a vivência (Critério A1), ou ao presenciar uma experiência traumática (Critério A2),

saber que uma pessoa próxima ou um familiar sofreu um evento traumático (Critério A3) e estar exposto repetidamente através de mídias digitais por exemplo a detalhes de notícias traumáticas por exemplo (Critério A4). E se apresenta pela revivência da situação que causou o trauma a partir de pensamentos intrusivos e recorrentes, em crianças a partir dos 6 anos, podem surgir brincadeiras que expressem o trauma vivido (Critério B1); sonhos repetidos que remetem ao trauma vivido e em crianças o conteúdo dos sonhos pode não ser tão claro (Critério B2); reações dissociadas da realidade, como se estivesse vivendo o trauma, em crianças pode ser revivido em brincadeiras (Critério B3); sofrimento psicológico e reações fisiológicas relacionadas ao trauma vivido (Critério B4 e B5). Pode haver evitação de uma situação que relembra o trauma como lugares, pessoas ou mesmo evitação de pensamentos (Critério C1 e C2); além destes critérios são apresentados mais cinco, que podem facilitar o diagnóstico de pessoas com TEPT.

Para o tratamento é indicado que intervenções psicoterápicas sejam realizadas o quanto antes, assim evitando o agravamento de sintomas de Transtorno de Estresse Pós-Traumático, quando não tratado com antecedência pode se tornar crônico. Instrumentos de avaliação podem ser grandes aliados para a realização de um diagnóstico, desta forma auxiliando no tratamento (Habigzang *et al.*, 2010).

3. CAMINHO METODOLÓGICO

3.1 INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade não se apresenta como uma metodologia, porém é apresentada e discutida no presente capítulo intitulado *Caminho Metodológico*, pois é a partir desta perspectiva científica que se constrói esta pesquisa devido à complexidade social do presente objetivo.

Segundo Japiassu (1976, p. 41-41), por volta do século XIX o saber científico se apresentava cada vez mais fragmentado, em uma hiperespecialização, não permitindo que o conhecimento fosse construído a partir de um todo, mas sim, apenas de uma parte, desta forma “[...] à força de conhecer cada vez mais sobre um objeto cada vez menos extenso, acaba por saber tudo sobre o nada [...]”, é necessário questionar aquele que se diz conhecer e saber tudo. Discussões sobre a interdisciplinaridade surgem com maior força por volta do século XX, com o objetivo de suprir essa carência do conhecimento, pois vai contra a ideia de hiperespecialização, de uma universidade fechada e fragmentada, além disso, entende que a criatividade deve ser encorajada e que os saberes dos sujeitos devem ser valorizados (Costa *et al.*, 2021).

Por mais que as discussões acerca da interdisciplinariedade ocorram a algum tempo, ainda é um tema considerado recente pois a maioria das instituições de ensino, sejam escolas ou universidades não se utilizam desta forma de aprendizagem. Se as instituições investissem em um ensino interdisciplinar, haveria muito receio e resistência à mudança, entretanto possibilitaria muitos ganhos, pois favorece uma aprendizagem mais ampla sobre os conteúdos e estimula o pensamento crítico sobre a sociedade (Costa *et al.*, 2021).

A interdisciplinaridade tende a ocupar cada vez mais espaços, seja no campo no desenvolvimento de pesquisa científica, ou mesmo no mercado de trabalho em grandes indústrias. Com isso, podemos refletir que é impossível apenas uma pessoa com seu saber poder desenvolver uma máquina por exemplo, para isso é necessário um grupo de pessoas com múltiplos saberes, desta forma aumentando a probabilidade de sucesso. Mas para realizar um trabalho interdisciplinar é necessário repensar o conceito de ciência, além disso é fundamental abandonar a forma tradicional que aprendemos a desenvolver os saberes e se colocar de maneira humilde, pois só assim é possível estar aberto a outros conhecimentos e valorizar a importância que cada um possui (Japiassu, 1976).

De acordo com Japiassu (1976), a interdisciplinaridade pode ser entendida como:

[...] pode ser caracterizada como o nível em que a colaboração entre as diversas disciplinas ou entre os setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz a interações propriamente ditas, isto é, a uma certa reciprocidade nos intercâmbios, de tal forma que, no final do processo interativo, cada disciplina saia enriquecida. Podemos dizer que nos reconhecemos diante de um empreendimento interdisciplinar todas as vezes em que ele conseguir incorporar os resultados de várias especialidades, que tomar de empréstimo a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicos, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los integrarem e convergirem, depois de terem sido comparados e julgados. Donde podemos dizer que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para religar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada uma seu caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos (Japiassu, 1976, p. 75).

A interdisciplinaridade não é um saber temporário, pois se apresenta como uma nova forma de se construir o conhecimento. Além disso, não pode ser vista como uma panaceia, pois a ciência não precisa necessariamente percorrer sempre os mesmos caminhos, ela pode seguir outras metodologias e procedimentos. Não pode ser entendida como uma simples adição de conhecimentos, mas sim pela força e intensidade em que ocorrem essas trocas de saberes. Ela surge com o objetivo de superar as fronteiras que ocorrem entre as disciplinas (Japiassu, 1976).

A partir da complexidade que as questões sociais vêm se apresentando na atualidade, a pesquisa interdisciplinar surge como uma possibilidade de crescimento da ciência, com ela é possível fazer avanços a partir de diferentes trocas de conhecimento e metodologias. Segundo os autores, vem havendo um aumento nos cursos de pós-graduação com enfoque na interdisciplinaridade, com o objetivo de formar pesquisadores e profissionais com um olhar amplo e que vá de encontro com as necessidades presentes na sociedade (Carvalho; Oliveira; Godinho, 2019).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Nesta seção será apresentado o percurso metodológico necessário para que o problema de pesquisa seja respondido e os objetivos sanados. Para isso será posto as características gerais do estudo, a classificação, o campo de pesquisa, o público-alvo, como será realizada a coleta de dados e, por fim, a sua análise.

De acordo com Ludke e André (1986, p. 01), “para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre

determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele”. A pesquisa surge a partir do inquietamento, da curiosidade de um pesquisador. Com o desenvolvimento de uma pesquisa, o mesmo tem a oportunidade de revisitar conhecimentos já produzidos acerca do assunto, mas sua função é ir além, deve articular estes conhecimentos já existentes com os conhecimentos que vem produzindo a partir de sua pesquisa, desta forma expandindo os conhecimentos acerca do tema pesquisado.

Uma pesquisa está marcada por seu tempo, cultura, espaço, além disso, os valores, as preferências, a história e as experiências vividas pelo autor, atravessam o desenvolvimento de toda a pesquisa, influenciando ativamente na proposta, nas escolhas de formato, tema, problema, no desenvolvimento geral, assim, “[...] os pressupostos que orientam seu pensamento vão também nortear sua abordagem de pesquisa” (Ludke; André, 1986, p. 03).

Segundo Creswell (2010), devido à complexidade que a pesquisa interdisciplinar apresenta, o método misto Qualitativa e Quantitativa, tem como intuito abranger as múltiplas necessidades que esse estudo exige. Como método Qualitativo pode-se compreender como: um meio que leva o pesquisador a estar em contato com a visão, os significados que os sujeitos possuem em relação às diferentes questões sociais ou humanas. A pesquisa qualitativa envolve os dados coletados, a análise dos mesmos, levando em consideração as particularidades das teorias utilizadas, e a interpretação que o pesquisador realiza a partir disso. A pesquisa qualitativa é rica, pois por mais que existam regras e padrões a serem seguidos para obter um rigor científico, é também flexível e permite uma maior criatividade na construção dos resultados que ali surgirem. Pode ser compreendida também:

[...] como a tentativa de compreender e explicar de forma detalhada os significados e as características situacionais dos objetos estudados. Ela realça valores, estuda crenças, representações culturais, opiniões e atitudes comportamentais de grupos de pessoas ou de casos e permite ao pesquisador a compreensão dos objetos estudados pelo alto grau de complexidade [...] (Proetti, 2017, p.18-19).

Já o método Quantitativo permite que os dados sejam mensurados, comparados e testados de maneira precisa, geralmente se utiliza a estatística para a análise dos resultados. “[...] A pesquisa quantitativa segue com rigor de estudo a um plano previamente estabelecido, com hipóteses e variáveis definidas pelo estudioso. Ela visa enumerar e medir eventos de forma objetiva e precisa” (Proetti, 2017, p. 02; Creswell, 2010).

[...] As pesquisas quantitativas produzem a quantificação das características e da regularidade de ocorrência de um fato e atuam em níveis de realidade em que os dados são importantes e devem ser quantificados, pois indicam posições e ocorrências importantes para despertar a atenção de pesquisadores (Proetti, 2017, p. 19).

Neste estudo se pretende utilizar o método misto quantitativo e qualitativo. Estes métodos não são opostos e um não se sobressai em relação ao outro. Devem ser utilizados de acordo com a necessidade da pesquisa e podem ser complementares, desta forma, quando é utilizado o melhor que cada método oferece, torna a pesquisa mais rica e de maior confiabilidade (Proetti, 2017).

3.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Para alcançar os objetivos desta pesquisa será realizada a Pesquisa de Campo, onde o método de Pesquisa será Documental e Bibliográfica. A pesquisa de campo tem como objetivo obter informações acerca do problema de pesquisa, onde se busca levantar hipóteses, responder perguntas, ou mesmo, descobrir algo novo. Este estudo possibilita que o pesquisador entre em contato com questões sociais, pois com ele pode se inserir em instituições, comunidades, diferentes grupos, entre outros. Na sua execução possui pontos positivos como: oferece um ambiente rico que possibilita que diferentes pesquisadores olhem para aquele fenômeno e consigam realizar uma pesquisa única, além de existir uma facilidade na quantidade de amostras de pessoas. Os pontos negativos e que necessitam de um olhar cuidadoso, envolvem a variedade de interferências que podem surgir, por ser um ambiente com pouca possibilidade de controle (Marconi; Lakatos, 2010).

A pesquisa de campo possui fases, onde uma delas é a Pesquisa Bibliográfica ou conhecida como fonte secundária. É toda a bibliografia já escrita por outras pessoas e que já foi pública, portanto, qualquer pessoa pode ter acesso. Estas podem ser livros, artigos científicos, monografias, teses, dissertações, entre outros. O objetivo da pesquisa bibliográfica é colocar o autor em contato com conhecimentos já produzidos acerca do seu tema de pesquisa. Esta pesquisa não é a repetição do que já existe, mas cria a possibilidade de rever e reconstruir conhecimentos por meio de um novo ponto de vista, chegando assim a diferentes resultados (Marconi; Lakatos, 2010).

Para Marconi e Lakatos (2010, p. 170) a pesquisa de campo se divide em três grupos: “[...] quantitativo-descritivos, exploratórios e experimentais [...]”. Esta pesquisa se caracteriza como Quantitativo-Descritivo, pode ser compreendida como um estudo que pretende

delimitar e analisar características do fenômeno pesquisado, por meio de uma coleta de dados quantitativa de uma amostra da população. A pesquisa se caracteriza também como exploratória, que pode ser compreendida como:

[...] investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: de desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa, ou modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente) [...] (Marconi; Lakatos, 2010, p. 170).

O estudo exploratório nesta pesquisa, é também descritivo, pois pretende descrever o fenômeno estudado de maneira qualitativa e quantitativa, por meio da análise destes dados. Estes podem ser obtidos por meio de documentos, entrevistas, observação e análise de conteúdos. Neste caso os dados geralmente não podem ser interpretados por uma amostra probabilística (Marconi; Lakatos, 2010).

A pesquisa documental pode ser considerada uma fonte secundária, se caracteriza por documentos já existentes como: documentos de arquivos públicos, estatísticas como os censos, documentos de arquivos privados, cartas, contratos e nestes ainda podem se encaixar os arquivos particulares dentro de instituições públicas como as delegacias. São uma fonte natural de pesquisa e que possibilita que o pesquisador fortaleça seu argumento, além de ser uma fonte contextualizada e que representa aquele espaço (Marconi; Lakatos, 2010; Ludke; André, 1986).

Outros pontos positivos que podem ser observados é o custo da pesquisa que acaba sendo baixa, o pesquisador precisa investir tempo para estar em contato com este material. Além disso, os documentos possibilitam estar em contato com o que se deseja pesquisar, sem que as pessoas estejam presentes, seja por ser um conteúdo sensível, pela dificuldade de acesso aos sujeitos, ou em casos de óbito. Ao realizar pesquisa documental é importante levar em consideração que existem pontos negativos como: a amostra por vezes não é significativa em relação ao fenômeno estudo, além de existir muitas vezes o distanciamento em relação às pessoas (Ludke; André, 1986).

3.4 CAMPO DE PESQUISA E PÚBLICO-ALVO

A pesquisa foi realizada em uma cidade situada no norte do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Para a obtenção dos dados de denúncias sobre a violência sofrida, contaremos

com o apoio da Delegacia de Polícia, está atende cidades da região onde está alocada e foi escolhida devido a importância que a mesma traz para a região e pela especificidade dos atendimentos voltados a grupos vulneráveis.

O público-alvo da pesquisa são crianças e adolescentes, do sexo feminino e masculino, que realizaram denúncia contra o crime de Violência Sexual, no ano de 2022 a 2023, este período foi escolhido decorrente do tempo em que a pesquisa foi realizada. Segundo o Art. 2º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (Brasil, 2022).

3.5 COLETA DE DADOS

A pesquisa passou em um primeiro momento pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, visando à realização da pesquisa segundo os padrões éticos estabelecidos, resguardando a identidade das crianças e adolescentes que realizaram a denúncia, bem como do acusado, no ANEXO A consta a liberação do CEP, cujo Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) do projeto é: 78215924.2.0000.5564. Foi anexado junto ao Comitê de Ética e constará no presente projeto: Termo de Compromisso de Utilização de Dados em Arquivos (ANEXO B), para a realização da pesquisa na instituição; visto a não necessidade de entrar em contato com participantes, pois a pesquisa será documental, foi anexado o documento de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Solicitação de Dispensa (ANEXO C); e por fim Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas (ANEXO D). Após a aprovação do CEP, foi entregue para a Delegada responsável da delegacia o Projeto, acompanhada de documento legal de aprovação fornecido pelo CEP.

A Coleta de Dados se deu pela revisão de registros de ocorrência de vítimas que sofreram a Violência Sexual, a partir de um corte transversal no período de 2022 a 2023. Foram coletados Dados Sociodemográficos desta parte da população, resguardando a identidade da vítima e do agressor. Os dados foram organizados, armazenados, analisados e interpretados de maneira individual. O software utilizado para proceder as análises propostas foi o Pacote LibreOffice, onde foram armazenados em uma pasta no Google Drive, esta protegida por uma senha com autenticação de dois fatores, este arquivo foi compactado e

protegido por outra senha. Estes dados ficaram armazenados por cinco anos, após isso será excluído do Google Drive.

Para resguardar a identidade das vítimas e dos agressores, a identificação dos casos foi por meio de números. Os dados coletados foram: o ano da realização da denúncia, quem acompanhou a vítima (caso for informado), idade da vítima, gênero, cor (caso for informado), local da ocorrência da violência e frequência da violência. Em relação ao acusado será coletado: idade, gênero, cor (caso for informado), grau de instrução (caso for informado) e nível de vínculo com a vítima (APÊNDICE A). A análise de dados foi realizada a partir da Estatística Descritiva.

Em seguida as 123 ocorrências foram lidas de maneira fluida e selecionadas por conveniência, levando em consideração os objetivos da pesquisa, com isso foram analisados o discurso de 35 ocorrências. A análise de dados será realizada a partir da Análise Textual Discursiva.

Estes dados foram acessados pela pesquisadora responsável, junto a delegacia, durante o mês de maio de 2024. Os dados sociodemográficos foram registrados em uma planilha do LibreOffice Calc, e armazenados em uma pasta no Google Drive, onde está protegida por uma senha com autenticação de dois fatores, este arquivo está compactado e protegido por outra senha, apenas a pesquisadora responsável tem contato com estas informações. A análise textual foi realizada junto a delegacia, desta forma estes materiais não foram coletados de maneira integral. As categorias criadas e trechos ilustrativos para análise foram registradas em planilha do LibreOffice Calc, e armazenados em uma pasta no Google Drive, com a mesma segurança dos dados sociodemográficos. Estes dados ficaram armazenados por cinco anos, após isso será excluído do Google Drive.

Após a finalização da pesquisa, a mesma se encontrará disponível no acervo da universidade, e haverá publicação científica, desta forma qualquer pessoa poderá ter acesso. De maneira regional a pesquisadora ficará a disposição para realização de palestras em instituições.

3.6 ANÁLISE DE DADOS

Para a realização da Análise dos dados Qualitativos, foi utilizado a Análise Textual Discursiva de Roque Moraes e Maria do Carmo Galiazzi (2007, p. 12-13), esta abordagem é descrita pelos autores como uma “tempestade de luz”, pois permite por meio deste obter

“flashes”, com o objetivo de alcançar novas percepções sobre o fenômeno pesquisado. E ainda, pode ser compreendido como:

[...] um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem a partir de uma consequência recursiva de três componentes: a desconstrução dos textos do “corpus”, a unitarização; o estabelecimento de relações entre elementos unitários, a categorização; o captar o emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada [...] (Moraes; Galiuzzi, 2007, p. 12).

A primeira etapa a ser realizada é o desmembramento do material, possibilitando assim uma desconstrução e a unitarização. Para isso é necessário realizar uma leitura que está sempre acompanhada de uma interpretação de seus significados, se vincula com as teorias previamente já lidas e as construções do próprio pesquisador. Mesmo quando um grupo possui um olhar parecido sobre o material, pode haver múltiplas construções. Outro ponto em relação às leituras, é ter um olhar fenomenológico, que consiste em suspender as interpretações feitas pelo pesquisador e buscar olhar qual a percepção que o sujeito possui (Moraes; Galiuzzi, 2007).

O conjunto dos documentos que serão utilizados para a realização das análises, se chama “corpus”, é necessário realizar uma seleção e uma delimitação rigorosa para que os dados sejam válidos e de confiança. Este “*corpus*” podem ser documentos elaborados pelo autor como entrevistas, observações ou mesmo documentos já existentes. Todo o texto é um dado, e a partir dele se constrói a análise, que só é possível ser realizada quando existe uma teoria, uma construção do autor, dando significado e sentido ao conteúdo (Moraes; Galiuzzi, 2007).

O próximo passo é a desconstrução e a unitarização do texto, que consiste na fragmentação, dando ênfase em alguns pontos. Surgindo assim, as unidades de análise, também definidas pelos autores como “[...] unidades de significados ou de sentido [...]”. É orientado que neste momento se utilize códigos ou números para identificar o local em que cada unidade foi retirada, desta forma, o texto 1 será correspondente às unidades 1.1, 1.2 e assim sucessivamente (Moraes; Galiuzzi, 2007, p. 18).

As unidades de análise são sempre identificadas em função de um sentido pertinente aos propósitos da pesquisa. Podem ser definidas em função de critérios pragmáticos ou semânticos. Num outro sentido, sua definição pode partir tanto de categorias definidas “a priori”, como de categorias emergentes. Quando se conhecem de antemão os grandes temas de análise, as categorias “a priori”, basta separar as unidades de acordo com esses temas ou categorias. Uma pesquisa, entretanto, também pode pretender construir as categorias, a partir da análise. Nesse caso as

unidades de análise são elaboradas com base nos conhecimentos tácitos do pesquisador, sempre em consonância com os objetivos da sua pesquisa (Moraes; Galiuzzi, 2007, p. 19).

O processo de fragmentação do texto permite o surgimento de categorias, cada uma terá um significado que vai de encontro com o que está sendo pesquisado. Neste momento é importante que se mantenha a contextualização, para que o sentido expresso pelo sujeito não seja perdido. Nesta etapa é possível construir categorias que vão além dos objetivos centrais. Por fim, após essa organização das unidades de análise é necessário desconstruir, bagunçar o que estava arrumado, assim possibilitando criar novas pontes, novas análises (Moraes; Galiuzzi, 2007).

De acordo com Moraes e Galiuzzi (2007), o próximo passo é o estabelecimento de relações, nomeado como processo de categorização, neste momento as categorias pré definidas, serão agrupadas em grupos semelhantes, além disso, é realizada a nomeação e a definição. As categorias serão obtidas a partir da impregnação, envolvimento com os dados, além do conhecimento que o pesquisador possui sobre o fenômeno pesquisado. A importância de cada categoria é determinada a partir dos objetivos da pesquisa, portanto, toda categoria é pertinente e possui validade dependendo do objetivo. É importante ressaltar que cada categoria seja construída a partir de uma mesma lógica, elas precisam ser homogêneas.

Por fim, a construção do texto final pode ser realizada de maneiras diferentes, podem ser descritivos, permanecendo assim muito semelhante às categorias originais. E pode ser interpretativo, desta forma o texto se afasta um pouco do original e aprofunda a teoria. Independente do formato da escrita a análise textual discursiva tem como objetivo uma construção crítica constante (Moraes; Galiuzzi, 2007).

A análise textual discursiva visa à construção de metatextos analíticos que expressem os sentidos lidos num conjunto de textos. A estrutura textual é construída por meio das categorias e subcategorias resultantes da análise. Os metatextos são constituídos de descrição e interpretação, representando o conjunto um modo de teorização sobre os fenômenos investigados. A qualidade dos textos resultantes das análises não depende apenas de sua validade e confiabilidade, mas é, também, consequência do fato de o pesquisador assumir-se autor de seus argumentos (Moraes; Galiuzzi, 2007, p. 32).

A construção do texto final combina descrição e interpretação, por meio do contato intenso com o material pesquisado. É um movimento que nunca tem fim, pois sempre pode existir novas formas de olhar para aquele mesmo fenômeno. Em um movimento de rever o que já foi construído, possibilita novos significados, e construção de críticas. As

compreensões atingidas, são sempre costuradas e validadas por meio da teoria que acompanha ativamente essa construção (Moraes; Galiazzi, 2007).

Para a realização da Análise Quantitativa dos dados foi utilizada a Estatística “[...] é a ciência que apresenta processos próprios para coletar, apresentar e interpretar adequadamente conjuntos de dados, sejam eles numéricos ou não [...]”. A área da estatística se divide em três, a probabilística, a inferencial e a descritiva. Para esta pesquisa será utilizada a estatística descritiva, que tem por objetivo descrever os dados. “[...] sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores, organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas” (Guedes *et al.* 2005, p. 1).

Os dados da pesquisa foram baseados em uma amostra da população. A população pode ser compreendida por um grupo de indivíduos que se conectam com ao menos uma característica de semelhança. E a amostra significa um subgrupo representativo desta população. A média (X) dos dados são obtidos a partir da soma dos mesmos. A moda (M_o) é o valor de maior frequência entre a média obtida, pode ser observada na construção dos dados (Guedes, *et al.*, 2005).

Após a coleta dos dados brutos, é necessário que os mesmos sejam organizados em tabelas, assim facilitando a interpretação. Para a realização da análise de uma determinada variável é necessário que se construam tabelas simples. Os gráficos possuem menor quantidade de informações do que as tabelas, porém são um importante recurso utilizado para representar os dados coletados sobre o fenômeno, facilitam a visualização e a interpretação (Guedes *et al.*, 2005).

4 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTE NA REGIÃO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

4.1 RESULTADOS E REFLEXÕES A PARTIR DOS DADOS QUANTITATIVOS

Difícil de ouvir, difícil de falar, ninguém quer olhar, causa embrulho no estômago, por vezes, ao ler os boletins de ocorrência, me senti tonta (literalmente). A violência sexual causa indignação, independentemente da idade da vítima. Mas ao ver crianças e adolescente vivenciando isso, surge o questionamento, por quê? Crianças e adolescentes deveriam ser protegidos e cuidados, e não violentados.

Segundo a União das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (s.d.), a violência contra crianças e adolescentes ocorre independente do lugar em que vive, da classe social, do sexo, ou da idade que possuem, são múltiplos os fatores sociais, econômicos e culturais que favorecem a perpetuação e a prevalência da violência. Geralmente a violência é causada por pessoas próximas da criança e do adolescente, familiares que possuem um vínculo afetivo e de confiança. A violência pode ser caracterizada como física, psicológica, sexual, institucional, patrimonial, além destas pode ser considerada também o trabalho infantil e a negligência com o cuidado. Segundo o Art. 4º da Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017, pode ser compreendido como violência física, psicológico e sexual:

I - violência física, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico;

II - violência psicológica:

a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (bullying) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional;

b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;

c) qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha

III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato

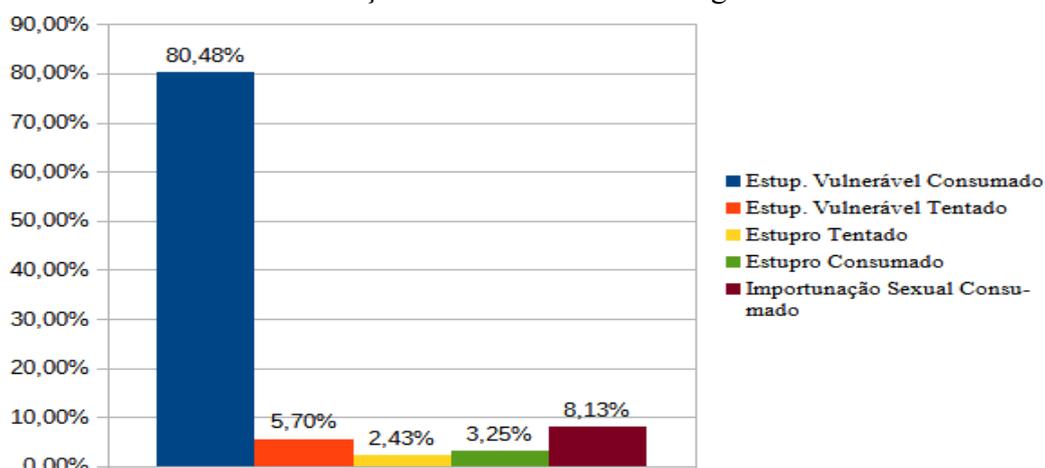
libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

- a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros;
- b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;
- c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação (Brasil,2017).

O objetivo principal desta pesquisa é analisar as narrativas e as características de crianças e adolescentes que sofreram violência sexual na região norte do Rio Grande do Sul, com isso o local escolhido para a coleta de dados foi uma delegacia que atende a região, visto que no ano de 2022 houve 58 denúncias e no ano de 2023 houve 65 denúncias, totalizando 123 ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes. Estas denúncias são decorrentes de dezoito municípios, visto que o maior número de casos foi do município em que a delegacia é sede, contabilizando o total de 96 casos. É necessário levar em consideração a subnotificação em relação às denúncias.

No gráfico abaixo pode-se acompanhar as classificações das violências a partir dos boletins de ocorrência, visto que aqui nesta pesquisa falaremos sobre violência sexual:

Gráfico 01 - Classificação de Violência Sexual segundo Boletins de Ocorrência



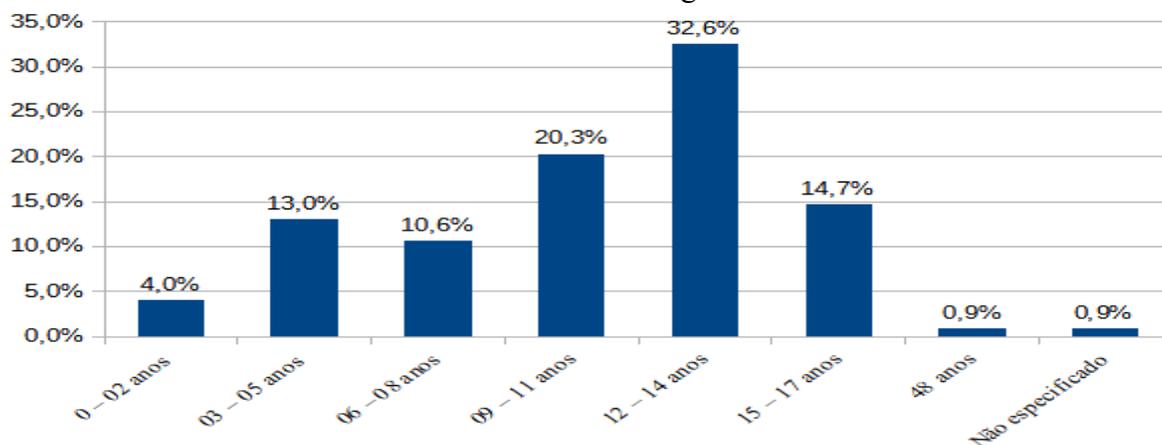
Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Estes dados em específico podem ser analisados a partir de cinco eixos, visto que o Estupro de Vulnerável Consumado é o crime com maior número de ocorrências, contabilizando 80,48% dos casos. A violência sexual pode ser definida como qualquer ato que force ou conduza a criança ou o adolescente a praticar, presenciar qualquer atividade sexual, seja de maneira presencial ou virtual. Podendo ocorrer em qualquer ambiente como em casa, na rua, escola, trabalho, e praticado por qualquer pessoa independente da relação que a vítima tenha com o abusador. A violência sexual inclui o abuso, a exploração comercial e o tráfico de pessoas. Segundo a Lei 12.015/2018 se a vítima tiver menos de 14 anos, é enquadrado como estupro de vulnerável, ou que seja incapaz de consentir sobre o ato, seja por conta da sua condição (como vítimas com deficiência mental ou física), ou por não possuir discernimento para tanto (UNICEF, s.d.; OMS, 2002).

A violência sexual pode ser caracterizada em dois tipos, o primeiro não contendo contato físico, nestes casos se enquadram também atividades virtuais como: o exibicionismo, abuso verbal e o voyeurismo. O segundo envolve o contato físico, como: passar a mão pelo corpo e nas partes íntimas da vítima, penetração forçada, contato oral/genital, toques íntimos, e a introdução de objetos (Costa, 2002; OMS, 2002).

O gráfico a seguir apresenta a faixa etária de crianças e adolescentes que realizaram a denúncia, pode-se observar que as principais vítimas são crianças de 12 a 14 anos sendo 32,6% destes casos e crianças de 09 a 11 anos sendo 20,3%. Estes números vão de encontro com os dados nacionais segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), no ano de 2022 foram 33,2% crianças de 10 a 13 anos e 17,7% crianças de 05 a 09 anos. É importante ressaltar que crianças menores de 14 anos são consideradas vulneráveis e qualquer pessoa diagnosticada com transtorno mental, deficiência física ou intelectual por exemplo, portanto não possa consentir, devido a isso o dado apresentado referente a uma pessoa com 48 anos é devido a sinalização de deficiência intelectual, portando uma pessoa vulnerável.

Gráfico 02 - Faixa Etária das Crianças e Adolescentes que Denunciaram o Crime de Violência Sexual no ano de 2022 e 2023 na Região Norte do Rio Grande do Sul



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Crianças e adolescentes menores de 14 anos são considerados vulneráveis pois não possuem maturidade física, cognitiva e emocional para consentir um ato sexual, não detém do mesmo entendimento que um adulto em relação a sexualidade. Segundo Papalia, Olds e Feldman (2006), os bebês são dependentes de seus pais para a realização de cuidados básicos, como alimentação, higiene, sono e segurança. No primeiro aninho da criança algumas habilidades são desenvolvidas como a fala, o caminhar, e com isso passam a explorar o seu ambiente. Com a chegada dos 03 anos de idade aos 06, as crianças passam a ir para a escola, fisicamente estão mais ágeis, pulam, correm, brincam de maneira mais livre. Com a entrada da terceira infância, dos 06 aos 11 anos, o foco da criança é a escola, que influencia seu desenvolvimento psicossocial, cognitivo e físico.

A partir destes pontos levantados acerca da infância, podemos compreender que a criança está voltada para seu próprio crescimento e desenvolvimento, seja ele físico, psicológico, cognitivo ou social. Diferente de um adulto que já concluiu estas fases e vive outro momento de seu desenvolvimento.

Meninas e meninos que estão entrando no período da adolescência por volta dos 11 e 12 anos e os adolescentes, são as maiores vítimas de violência sexual como podemos observar o gráfico acima. Na atualidade a adolescência pode ser marcada a partir da idade que se inicia aos 11-12 anos até em torno dos vinte anos, visto que a maioridade é alcançada, segundo a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, aos dezoito anos. A adolescência é um período do desenvolvimento humano de muitas mudanças, físicas, psicossociais, cognitivas e relacionais, que ocorrem de maneira singular para cada pessoa. Pode ser marcada com o início da

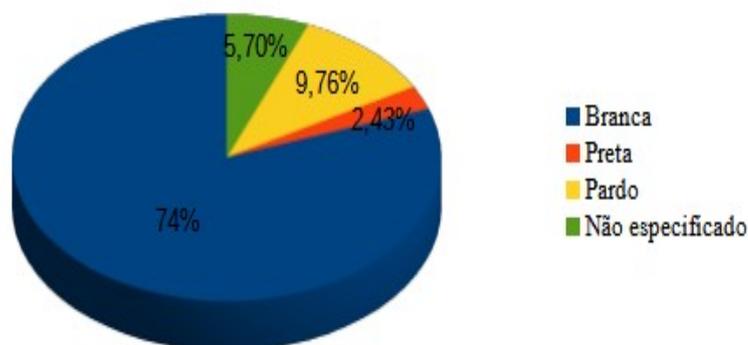
puberdade, que é representada com o amadurecimento sexual de maneira física, portanto a possibilidade de procriação, e o crescimento e as mudanças físicas graduais, passando a ter uma aparência mais próxima de um adulto, se afastando cada vez mais de um corpo infantil (Papalia; Olds; Feldman, 2006; BRASIL, 1990).

As mudanças físicas e hormonais são acompanhadas de muitas instabilidades e conflitos emocionais, pois o adolescente não é mais uma criança, mas ainda possui uma dependência em relação aos cuidados dos pais e uma imaturidade emocional. Busca se aproximar de uma vida adulta adquirindo maiores responsabilidades e liberdades, porém ainda não é um adulto. É um período do desenvolvimento humano de muita importância para o entendimento da própria identidade e a autonomia (Aberastury; Knobel, 1981).

Devido às mudanças físicas por conta do início da puberdade, a aparência dos adolescentes se torna mais parecidas com as de um adulto, mas emocionalmente e cognitivamente ainda estão em um processo ativo de crescimento e amadurecimento, que muitas vezes é marcado por muitos conflitos internos e instabilidades. Com isso é possível associar que os adolescentes são uma das maiores vítimas de violência sexual por possuírem um corpo próximo ao de um adulto, mas emocionalmente ainda são vulneráveis, portanto, este adulto que se encontra em outro momento de seu desenvolvimento, age a partir de seu poder em relação as vítimas.

Já no que se refere a cor das crianças e adolescentes que realizaram a denúncia, há a predominância de vítimas brancas com 74%, pardos são 9,76% e pretas 2,43%. Segue abaixo o gráfico com o dado citado:

Gráfico 03 - Cor das Crianças e Adolescentes que Denunciaram o Crime de Violência Sexual no ano de 2022 e 2023 na Região Norte do Rio Grande do Sul

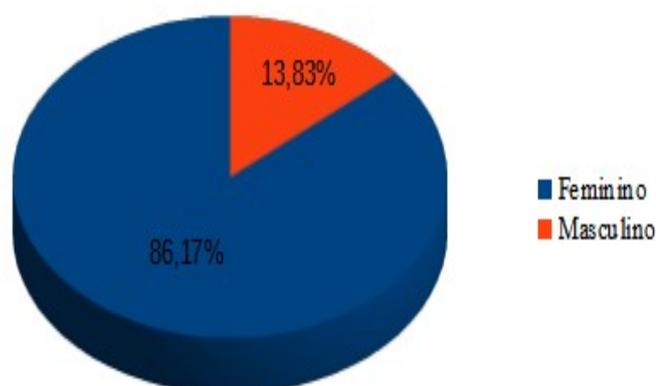


A diferença discrepante de raça neste estudo está relacionada a população do estado do Rio Grande do Sul, pois segundo o Panorama das Desigualdades de Raça/Cor do Rio Grande do Sul (Departamento de Economia e Estatística DEE/SPGG, 2021), segundo o Censo de 2019 o estado é composto por 79% de pessoas brancas e 21% de pessoas negras, esses dados se diferem com a realidade de outros estados Brasileiro.

De acordo com o site IBGE Educa Jovens (2022), neste ano houve um aumento de pessoas que se autodeclararam parda sendo 45,3% correspondente a 92,1 milhões de pessoas, 43,5% se declararam como brancas (88,2 milhões de pessoas), 10,2% pretas (20,6 milhões), 0,6% indígenas (1,2 milhão) e 0,4% se autodeclararam amarelas (850,1 mil). Visto que o maior percentual de pessoas que se autodeclararam brancas é na região Sul, com 72,6%, seguindo da região Sudeste 49,9%, já outras regiões se encontram abaixo da média nacional, Centro-Oeste 37,0%, Nordeste 26,7% e Norte 20,7%.

O gráfico a seguir está relacionado ao gênero, visto que 86,17% das vítimas são meninas, este dado também vai de encontro com os números nacionais, visto que segundo o Anuário de Segurança Pública (2023), em 2022, 88,7% das vítimas são do gênero feminino. É notório que meninas passam por maiores situações de violência devido a como nossa sociedade se constrói e funciona, e por vezes meninos também são vítimas dessa mesma estrutura, sendo 13,83% destes casos.

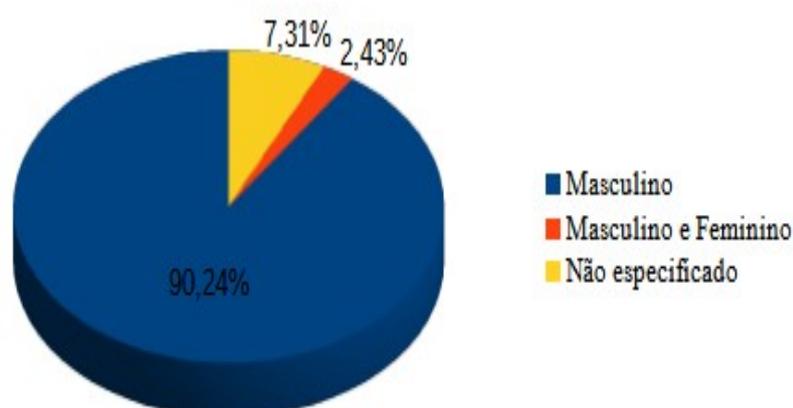
Gráfico 04 - Gênero de Crianças e Adolescentes que Denunciaram o Crime de Violência Sexual no ano de 2022 e 2023 na Região Norte do Rio Grande do Sul



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Ainda sobre gênero, no gráfico a seguir podemos perceber que quando se trata dos agressores denunciados, 90,24% são homens, visto que 7,31% são de agressores que não foram nomeados/identificados e que, portanto, não constam nos boletins de ocorrência. E destes 2,43% são homens os causadores da violência, juntamente com mulheres que ocupam papel de mãe ou colega de escola destas vítimas, e que acobertaram este crime. Mas destes 123 Boletins de Ocorrência nenhum caso analisado se refere a uma mulher que de fato causou a violência.

Gráfico 05 - Gênero dos Acusados pelo Crime de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no ano de 2022 e 2023 na Região Norte do Rio Grande do Sul



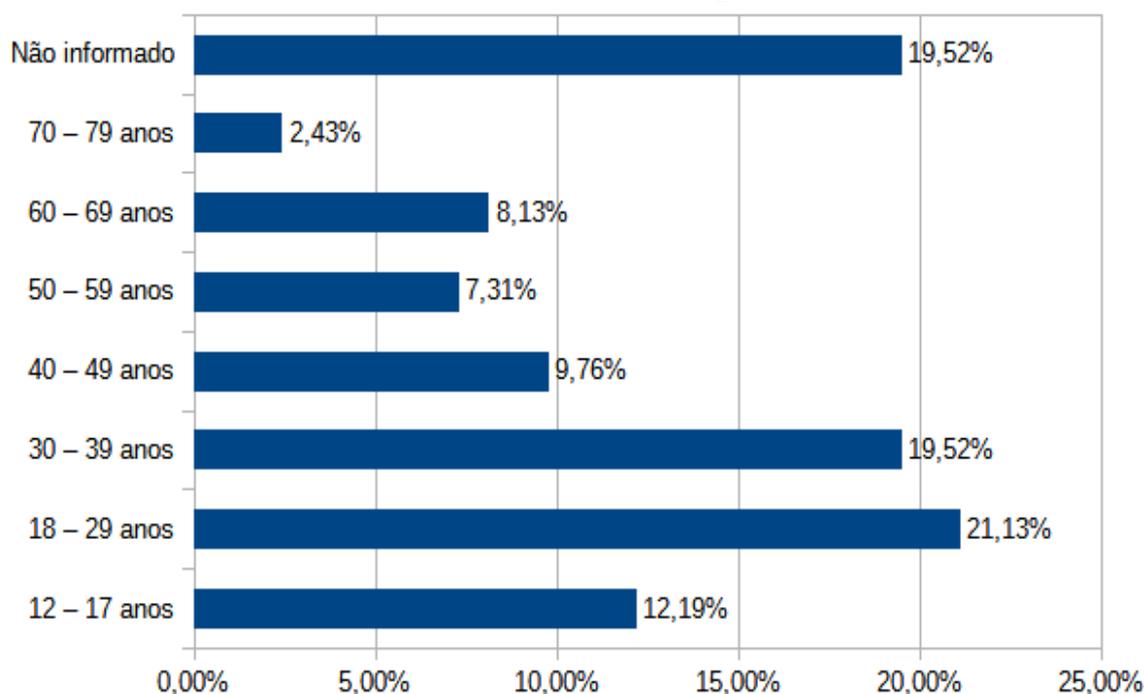
Fonte: elaborado pela autora, 2024.

O próximo gráfico não está relacionado a discrepâncias de números, mas sim, a uma realidade que assusta, pois não existe um padrão de idades de homens que causam a violência, no gráfico abaixo podemos perceber que possuem meninos menores de idade de no mínimo 12 anos a homens de até 79 anos. Com isso, é possível assim pensar que a violência sexual não está relacionada a uma geração específica, e sim a um crime impregnado em nossa sociedade e que vem sendo passado de geração a geração.

As principais faixas etárias registradas são de homens com 18 anos a 29 anos, sendo 21,13% dos acusados, 30 anos a 39 anos com 19,52% dos acusados e 12 anos a 17 anos, com 12,19% dos acusados, visto que neste caso são meninos menores de idade. Ainda, é

importante refletir que por vezes homens idosos são acobertados pela família justamente por terem uma idade avançada.

Gráfico 06 - Faixa Etária dos Acusados pelo Crime de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no ano de 2022 e 2023 na Região Norte do Rio Grande do Sul



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Meninas são as maiores vítimas da violência sexual, homens são os principais abusadores, independentemente de sua idade. A sociedade ainda coloca homens e mulheres como opostos, fortalecendo assim as diferenças e as relações de poder. As mulheres são as que mais sofrem violência de gênero na atualidade. A violência de gênero é entendida como qualquer tipo de violência física, sexual, psicológica ou simbólica a alguém devido a sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. Na violência de gênero também é incluído violência contra crianças e adolescentes (Araújo, 2021).

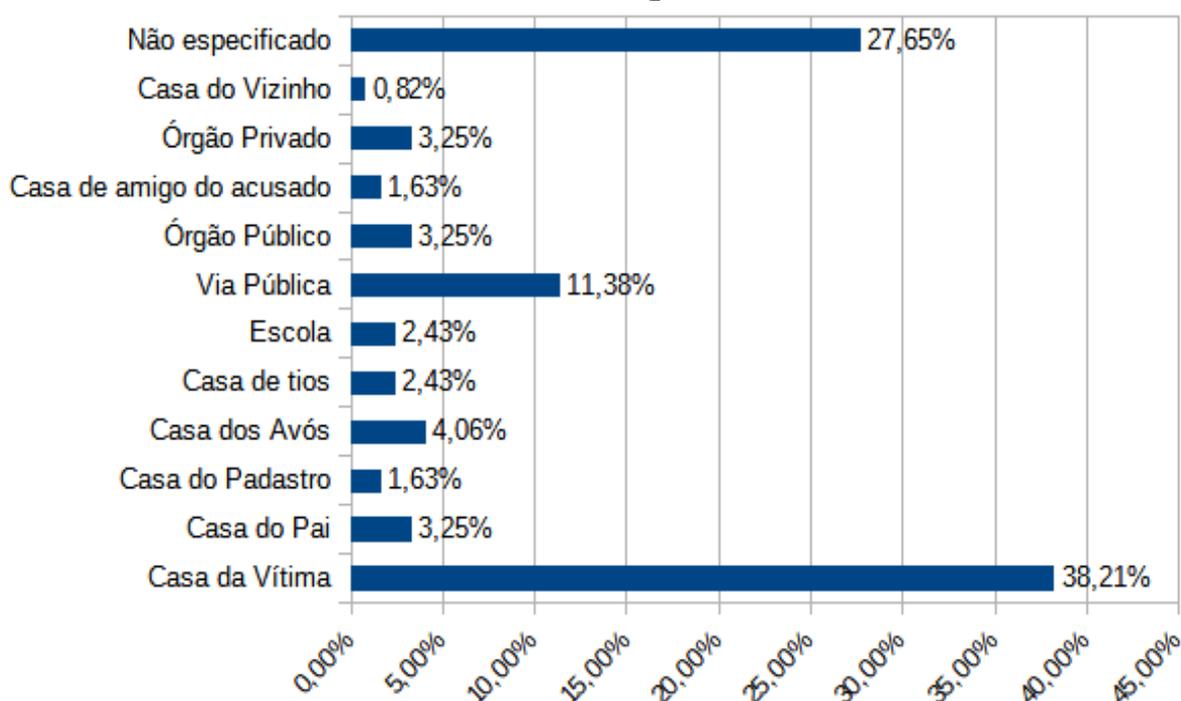
De acordo com Chauí (1985), a violência é perpetuada geralmente por homens, mas é também reproduzida por mulheres. A violência pode ser compreendida para além da quebra de normas e leis sociais, mas como uma diferença hierárquica, em que uma pessoa possui uma posição desigual em relação a outra, além de colocar o outro como objeto e não como um ser humano. O sujeito que foi dominado se torna dependente, sua possibilidade de fala é retirada.

Os discursos sociais definem as mulheres como domésticas e que seus corpos servem para a reprodução, e difere dos papéis desempenhados por homens, assim são “[...] definidas como esposa, mãe e filha (ao contrário dos homens, para os quais ser marido, pai e filho é algo que acontece apenas), são definidas como seres para os outros e não como seres com os outros [...]” (Chauí, 1985, p. 47).

Os dados apontam que as maiores vítimas são pessoas do gênero feminino e os principais agressores são pessoas do gênero masculino independente de sua idade, com isso podemos compreender que este formato social construído que demarca mulheres como inferiores e homens como superiores não vem funcionando, nunca funcionou. Pois permite que alguns compreendam que os corpos de mulheres e neste caso de crianças e adolescentes, podem ser usados, como se pertencesse a qualquer um, menos para aquele sujeito que está ali.

Se tratando do local onde estas vítimas são violentadas o maior índice apontado é a própria casa da vítima, sendo 38,21% dos casos, este local é onde a criança e o adolescente deveria estar seguro, mas ali também é o local onde o abusador vive ou frequenta. Ainda sobre estes dados é possível perceber que algumas porcentagens aparecem baixas, porém muitos destes locais são casa de familiares. Estes dados podem ser analisados no gráfico abaixo:

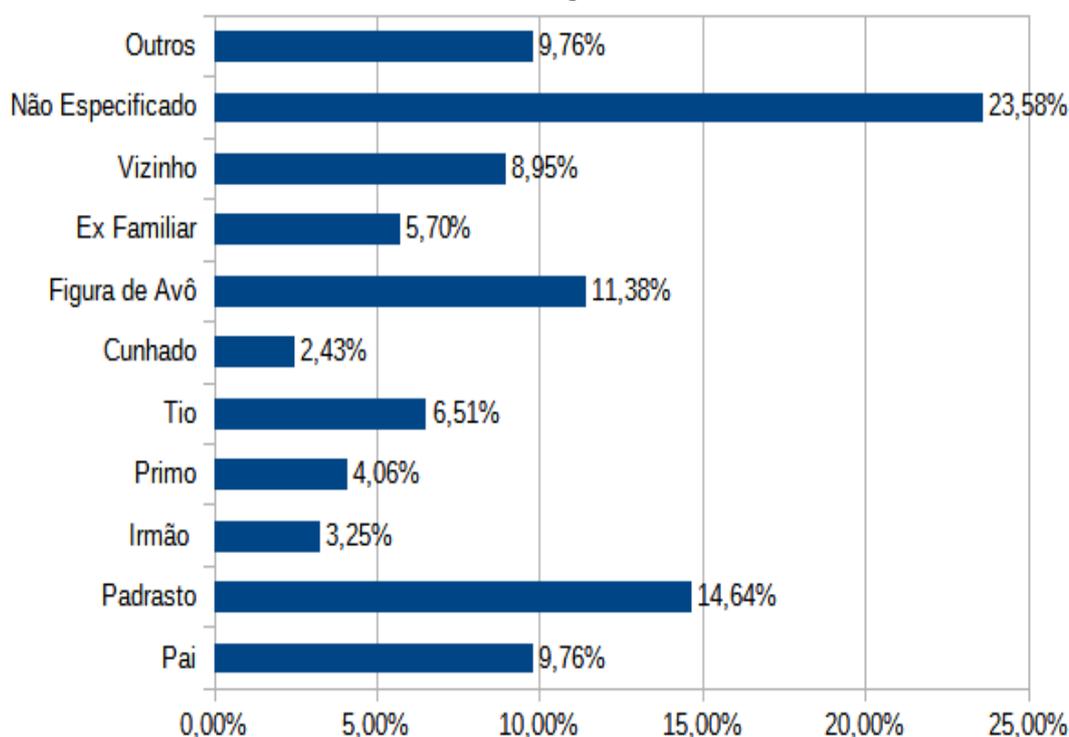
Gráfico 07 - Locais onde a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes Ocorre, referentes aos anos de 2022 e 2023 na Região Norte do Rio Grande do Sul



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Correlacionando com os dados do gráfico anterior, podemos perceber que os principais abusadores são os padastros sendo 14,64% dos casos, seguido por pessoas que ocupam a figura de avô sendo 11,38% dos casos, o pai sendo 9,76% dos casos. O restante dos casos se refere a outros familiares como irmão, tios, primos, cunhados ou mesmo vizinhos que possuem proximidade com a vítima. Pessoas que possuem vínculo familiar com a vítima são 52,03% dos acusados. É importante ressaltar que a porcentagem de 23,58% dos casos com a legenda “não especificado”, é reflexo da limitação da pesquisa, visto que o material utilizado é o Boletim de Ocorrência, portanto, muitas vezes não possui a indicação de acusado. A seguir segue o gráfico referente aos dados comentados:

Gráfico 08 - Vínculo com a Vítima de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no ano de 2022 e 2023 na Região Norte do Rio Grande do Sul



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

A violência seja ela, física, psicológica, sexual pode ser nomeada como extrafamiliar ou intrafamiliar. A violência extrafamiliar é cometida por uma pessoa que não possui vínculo familiar com a criança, como por exemplo, vizinho, colega de escola, trabalho. Já a Violência intrafamiliar pode ser considerada como toda a ação que prejudique fisicamente, psicologicamente outro membro da família. Pode ser cometido dentro ou fora de casa, por um membro da família ou pessoa que assuma função parental e de “cuidado”, como: pai,

padrasto, irmão, tio, avô, portanto essa pessoa possui relação de poder em relação a outra (Brasil, 2002; Costa, 2002).

Devido a maior parte das violências serem intrafamiliar acaba por interferir no número de denúncias, pois para ir a delegacia, para que o caso seja levado às autoridades é necessário que haja o envolvimento de um adulto, principalmente quando as consequências físicas não sejam tão perceptíveis, o que torna ainda maior a taxa de subnotificação pois 58% dos autores destes crimes fazem parte da família e são pessoas que na sua maioria possuem confiança por parte da vítima e de outros familiares e muitas vezes residem no mesmo local que a criança ou o adolescente (Reinach; Burgos, 2021; Leite; Lima; Camargo, 2020).

Outros fatores no abuso intrafamiliar podem não levar a criança a falar sobre: o sentimento de medo, vergonha, em muitos casos a criança entende que precisa obedecer e respeitar o adulto, por exercer papel de cuidado. É importante ressaltar a falta de maturidade da criança, a mesma pode confundir ou não compreender a diferença de afeto e de abuso, pois o ato sexual, as partes do corpo privada não são compreendidas pela criança pois não faz parte do mundo infantil. A criança ainda pode ser ameaçada e manipulada para não falar sobre, fazendo com que a violência permaneça. Muitas vezes quando a família descobre o que está acontecendo, decide ignorar e não denunciar, silenciando o ocorrido, para poder manter o núcleo da família intacto, muitas vezes acabam mantendo o ciclo de violência, física e psicológica que a criança e ou adolescente vinha sofrendo (Neves; Hayeck; Cury, 2010; Brasil, 2002; Costa, 2002).

5. RESULTADOS E REFLEXÕES A PARTIR DOS DADOS QUALITATIVOS

Esta categoria se relaciona com o relato realizado nos Boletins de Ocorrência pelo responsável e em alguns casos, da vítima sobre o crime de Violência Sexual. Buscando compreender a percepção e os significados a partir deste discurso, a metodologia utilizada foi a Análise Textual Discursiva, elaborada por Roque Moraes e Maria do Carmo Galiazzi (2007). Para isso se sucedeu a leitura fluída dos 123 boletins, destes selecionou-se 35 *corpus*, a seleção ocorreu pelo método de conveniência, levando em consideração materiais que vão de encontro com o objetivo da pesquisa.

A partir disso, as etapas realizadas para chegar nas categorias finais ocorreu na seguinte ordem: estabelecer unidades de sentidos, após isso categorias iniciais, categorias intermediárias e por fim, as categorias finais, estas etapas estão melhores descritas no Capítulo 3, intitulado Caminho Metodológico, no subtítulo 3.6 Análise de Dados. As categorias selecionadas para análise foram: O Sentimento de Medo é Constante; Sinais que Foram Percebidos; Corpo Rompido; e por fim Negligência ou/e Descrença. Os trechos dos relatos serão identificados por números.

5.1 O SENTIMENTO DE MEDO É CONSTANTE

Segundo o autor Heywood (2004), é importante ver a infância, bem como a adolescência como uma construção social, que pertence a um período histórico e se altera a partir dos grupos sociais e étnicos em que vivem. Durante a Idade Média (do século V ao século XV) não havia muito interesse em retratar a infância e a adolescência, havendo assim poucos registros. Demorou para existir uma distinção do que eram adultos e do que eram crianças e mesmo quando houve essa percepção os meninos é que eram vistos, já as meninas eram imperceptíveis.

A história da infância e da adolescência não é linear, durante o século XII por exemplo, era comum a percepção de que os bebês nascem no pecado, e se morressem antes de serem batizados, iam direto para o inferno, essa percepção vai contra a ideia de uma criança inocente e pura. No século XVI em um sermão alemão, as crianças eram descritas como impuras, com desejos sexuais, raivosos, entre outros adjetivos considerados negativos. Porém, por outro lado, crianças de até cinco e seis anos eram vistas como inocentes. Os católicos determinaram que as crianças nasciam com o mal dentro delas. Desta forma podemos compreender que em vários períodos da história ocidental houve uma dicotomia, entre por

exemplo, ver a criança como ingênua ou que ao nascer o mal já fazia parte dela (Heywood, 2004).

A infância e a adolescência são compreendidas ao longo da história de maneiras múltiplas, mas é importante levar em consideração o quanto ainda nos dias atuais essa visão reflete na percepção que se tem das crianças e dos adolescentes, que não são dignos de confiança, sua opinião, sua voz é reprimida e muitas vezes são responsabilizados por erros que não são deles. Além disso, é importante questionar o quanto filhos e pais não possuem um diálogo aberto, fazendo os menores compreenderem que não podem contar sobre o que lhes aconteceu. Nos fragmentos dos discursos a seguir, podemos observar o sentimento de medo em contar, seja pelo medo de não acreditarem na criança e no adolescente ou por não sentir confiança em falar para um adulto:

1.10 - “e que também disse ter medo de ser desacreditada pela mãe”.

3.6 - “ficou amedrontada e por esta razão não lhe contou antes.”

9.4 - “Não falou para a mãe por medo do padrasto e depois que ele foi embora tomou coragem e contou”.

29.4 - “não contou os fatos na época porque tinha medo da reação do pai. Além disso, mencionou que agora se sentiu segura para falar pelo fato dos pais estarem separados”.

33.5 - “Que por medo não contou para ninguém”.

34.4 - “e que ela tem medo que ele cumpra a ameaça”.

A infância está atrelada à ausência de fala segundo a autora Lajolo (2011), quem estuda e fala sobre ser criança são os adultos e profissionais de áreas como o da educação, psicologia, medicina, assistência social, entre outros. Essa ausência de fala marca a infância não apenas nos estudos, mas também na elaboração de leis e nos projetos sociais.

Assim, por não falar, a infância não se fala e, não se falando, não ocupa a primeira pessoa nos discursos que dela se ocupa. E, por não ocupar esta primeira pessoa, isto é, por não dizer eu, por jamais assumir o lugar de sujeito do discurso, e, conseqüentemente, por consistir sempre em ele/ela nos discursos alheios, a infância é sempre definida de fora (Lajolo, 2011, p. 230).

Quando a espécie humana nasce, é dependente de um outro, até atingir tamanho, idade e maturidade suficientes. As crianças não tiveram voz ativa, ou mesmo foram ouvidas para a realização de estudos voltados à infância por exemplo, porém, não é possível desconsiderar a importância do conhecimento que foi construído ao longo da história. Classificar o que é ser uma criança, o que significa ter um tamanho ou outro, o que é ter uma idade ou outra, varia de acordo com o lugar e com o período histórico. Diferentes disciplinas pensaram o que é a

infância e passaram por muitas mudanças ao longo do tempo, primeiro a criança foi vista como um mini adulto, após isso se entendeu que eram o oposto dos adultos; foram vistas como uma folha em branco e ali tudo poderia ser ensinado e criado; pensaram que as características e a forma de ser estava relacionado apenas a genética; a psicanálise entendia que as meninas já nasciam com inveja do pênis que não tinham. Houve muitas dúvidas e contradições ao longo do tempo sobre o que é essa fase chamada infância e adolescência (Lajolo, 2011).

De um lado crianças e adolescentes dependentes, sem voz, sem fala, e do outro lado um adulto que socialmente é reconhecido, considerado, onde o poder é posto em suas mãos constantemente. Segundo Donzelot (1980), a família é posta como sujeito e também como objeto do governo no antigo regime. Sujeito a partir da distribuição de seus poderes, os filhos, esposa, outros parentes, empregados, estavam abaixo do pai, que era visto como o chefe desta família. E objeto pois dependem de grupos sociais que estão vinculados. O chefe de família tem como função, pagar impostos, proteger e representar os mesmos no âmbito social, aqueles que não possuem família, desta forma, que não possuem alguém que os representa, é excluído socialmente.

O chefe de família, possui um poder de definir onde seus filhos vão estudar, trabalhar, com quem podem ou não se relacionar e além disso, podem punir os mesmos caso façam algo contra as normas da família. Esse pai se apoia nas leis do Estado para manter seus filhos, esposa e parentes dentro do que acredita ser correto, e o Estado se apoia na família para manter a ordem (Donzelot, 1980).

Refletindo sobre o poder dado aos homens, os pais de família, estes podem ser representados por pais, padrastos, tios, avós, é lhes consentido o direito de governar suas famílias, determinar o que é certo e errada, e em alguns casos se utilizam desse poder para violentar, abusar e ameaçar. De acordo com os fragmentos de discursos o medo muitas vezes surge a partir da ameaça deste homem que detém o poder:

2.3 - “seu filho disse ter sido ameaçado pelo cunhado dizendo que se o menor contasse para alguém "iria ver", e como o menor disse que o cunhado possui uma arma de fogo acabou não revelando o abuso sofrido.”

2.6 - “após o ato sexual o menor se afastou tendo antes o cunhado ameaçado da mesma forma que o fizera no primeiro ato, dizendo que se ele contasse para alguém ele "iria ver".

10.3 - “que o namorado da avó a ameaçou dizendo que mataria todos que ela ama”

15.3 - “seguidos sempre de muita violência, já que a fim de não ser descoberto, ameaçava a vítima dizendo que mataria sua mãe e que nunca mais veria seus irmãos.”

16.2 - “o tio pediu para ela não contar para a mamãe, porque senão a mamãe iria na Delegacia e ele seria preso, e ela não queria que o tio fosse preso”.

21.2 - “e o padrasto ameaçou afirmando que se ela contasse alguma coisa para a mãe ele mataria todos”.

22.2 - “nunca comentou com os demais familiares sobre os abusos que sofria por ser ameaçada constantemente pelo tio, de que ele mataria seus familiares”.

33.4 - “Que o suspeito falou que se a vítima contasse para pessoas que ela amava, ele mataria essas pessoas e lhe mataria também”.

34.4 - “que a agrediu por meio de esganadura e a ameaçou dizendo que se ela gritasse, ele mataria com um tiro a mãe dela e o padrasto dela”.

A partir disso podemos observar que a criança e o adolescente não estão vivenciando só a violência sexual, mas outras violências como a violência psicológica. Estas relações verticalizadas que estabelecem que os adultos estão acima e, portanto, devem ser respeitados, favorece estas diferenças e colocam as crianças e os adolescentes em posição de constante vulnerabilidade, e medo.

5.2 SINAIS QUE FORAM PERCEBIDOS

Consta na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 a seguinte redação: Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Quando o cuidado e o respeito pela criança existem, é necessário que seja compreendido que seus corpos e sua existência não são uma propriedade, desta forma, possuem direitos, os quais precisam ser respeitados e garantidos (Brasil, 2022; Hooks, 2021).

A pessoa responsável pela criança e o adolescente tem o dever de cuidar, e um dos sinônimos de cuidado é a atenção. É preciso estar atento aos sinais e aos comportamentos de seus filhos, infelizmente em muitos casos não evita que o mesmo sofra uma violência, mas possibilita que o cuidador proteja, preste a assistência necessária ou mesmo, interrompa um ciclo de violência diminuindo assim maiores consequências.

Crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, podem apresentar sintomas orgânicos e psicológicos. Fisicamente a vítima pode contrair Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST, gravidez precoce, lesões corporais, estas muitas vezes só são percebidas com exame médico e muitas vezes não são vistas com facilidade pois na maioria dos casos a

violência ocorre dentro da casa da vítima, por um familiar, assim não deixando evidências físicas dificultado a identificação (UNICEF, s.d.; Cruz, *et al.*, 2021; Costa, 2002).

Em cada fase do desenvolvimento humano a criança e o adolescente comunicam suas necessidades de maneiras diferentes. Na primeira infância (0 aos 03 anos) as crianças são exclusivamente dependentes dos pais ou cuidadores, necessitam que os mesmos satisfaçam suas necessidades básicas, como a alimentação, limpeza, segurança, moradia e afeto. Logo cedo todos os seres humanos reagem ao meio a partir de suas emoções, como a tristeza, alegria, raiva, a partir do temperamento de cada um, sentimos cada emoção de maneira única com maior ou menor intensidade. Para os bebês é fundamental a expressão emocional, pois a partir dela conseguem comunicar aos adultos as suas necessidades como a fome, o sono, garantindo assim a sobrevivência. Quando uma pessoa reage às necessidades do bebê, laços de afeto e ligação se fortalecem (Papalia; Olds; Feldman, 2006).

Ao analisar o relato de pais de crianças pequenas que perceberam sinais de uma possível violência sofrida, podemos observar:

11.2 - “Ao dar banho na criança percebeu sinal de lesão na mesma. No dia seguinte ao fato sua filha começou a ter febre, mostrando comportamento diferente do habitual, não interagindo com ninguém, olhar parado, tendo medo de ficar sozinha e de dormir, não parecendo ser a mesma criança que era antes do fato”

32.1 - “depois da criança passar o final de semana com o pai, percebeu que ele retornou para casa com muita assadura na região das nádegas.

Devido a necessidade de cuidados físicos como dar banho, trocar a fralda, mudar de roupa, os cuidadores responsáveis conseguem ter um contato maior com a criança, tendo acesso ao seu corpo possibilitando ver estes sinais citados nos discursos acima, como perceber assaduras, sinais de lesão no corpo, entre outros. Devido a essa dependência e necessidade de cuidado, os pais ou cuidadores conseguem ter contato direto possibilitando ver estas alterações.

É importante refletir que na mesma medida que a criança tem essa dependência dos pais que possibilita o cuidado, ela também se torna mais vulnerável, de acordo com os dados já vistos, pessoas próximas das crianças são os maiores abusadores, portanto quem tem esse contato íntimo que deveria ser de cuidado é também quem por vezes abusa.

A teoria aponta que os seres humanos logo cedo se utilizam das emoções para comunicar suas necessidades de sono, fome, através de expressões de choro, irritabilidade, entre outros comportamentos. Mas para além destas necessidades básicas, as crianças também

comunicam outros desconfortos e em alguns casos vinculados a outros sinais físicos por exemplo, possibilitando que os cuidadores e pessoas que convivem com a criança percebam que algo não está certo, podemos observar isso nos relatos abaixo:

18.1 - “sua filha de 1 ano e 5 meses voltou da casa do avô com comportamento estranho, não queria mais comer e chorou quando a comunicante foi trocar sua fralda”

32.2 - “Além disso, o comportamento na presença do pai mudou completamente, não querendo ficar com ele quando vai buscá-lo.”

32.3 - “foi avisada pela creche que o comportamento do menino está diferente e se tornou muito agressivo com os colegas e agarra as meninas.”

26.3 - “Que seu filho falou e fez gestos de cunho sexual na presença do tio dele, que estranhou e o questionou.”

36.1 - “Refere que após observar uma brincadeira entre seu filho e outra criança, estranhou o viés sexual e então indagou o menino sobre a origem da ideia, quando então a criança relatou o abuso sofrido.”

Além disso, segundo Papalia, Olds e Feldman (2006), entre o primeiro e o segundo aniversário, o bebê se torna uma criança, pois é possível observar que a partir do segundo ano começa a desenvolver uma maior percepção de si mesmo, desta forma tendo maior consciência e controle sobre suas emoções, acompanhado de uma maior mobilidade física, dando seus primeiros passos e explorando o ambiente ao seu redor. A linguagem fica mais expressiva, aumentando o contato com os pais e a sociedade. Com estes ganhos do desenvolvimento as crianças também conseguem comunicar de outras maneiras o que lhe acontece:

4.1 - “há cerca de dois meses teria dito que o pai dela, ex-companheiro da declarante, teria feito "dodói" na vagina da filha, sendo que a filha enquanto referia o local onde o pai teria machucado, colocava a mão na parte íntima vagina”.

11.1 – “a criança falou que o "vô havia mexido na sua perereca", falando que havia machucado o local. Indagada sobre como o vô mexeu, a vítima relatou que havia mexido com a mão.”

16.1 - “sua filha relatou ter sido abusada sexualmente por seu vizinho, demonstrando no corpo dela o que ele fazia com ela, como esfregar dois dedos e pegar na "perereca" dela. E também relatou que ele não tirou a roupa dela.”

Como podemos observar nos discursos relatados acima, os sintomas psicológicos podem ser mais perceptíveis, podendo observar comportamentos como: dificuldade no sono, fraco desempenho escolar, retraimento, medo de pessoas, comportamento sexual inadequado para idade, choro fácil. Crianças entre 0 a 6 anos (primeira infância), que passam por situações de violência, podem ter prejuízos no desenvolvimento cerebral e afetar diferentes áreas de sua formação. Os adolescentes podem apresentar comportamentos violentos,

absenteísmo escolar, uso e abuso de substâncias (UNICEF, s.d.; Costa, 2002; Cruz *et al.*, 2021; OMS, 2002).

Na atualidade a adolescência pode ser marcada a partir da idade que se inicia aos 11-12 anos até em torno dos vinte anos, visto que a maioridade é alcançada segundo a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, aos dezoito anos. A adolescência é um período do desenvolvimento humano de muitas mudanças, físicas, psicossociais, cognitivas e relacionais, que ocorrem de maneira singular para cada pessoa. Pode ser marcada com o início da puberdade, que é representada com o amadurecimento sexual de maneira física, portanto a possibilidade de procriação, e o crescimento e as mudanças físicas graduais, passando a ter uma aparência mais próxima de um adulto, se afastando cada vez mais de um corpo infantil (Papalia; Olds; Feldman, 2006; Brasil, 1990).

As mudanças físicas e hormonais são acompanhadas de muitas instabilidades e conflitos emocionais, pois o adolescente não é mais uma criança, mas ainda possui uma dependência em relação aos cuidados dos pais e uma imaturidade emocional. Busca se aproximar de uma vida adulta adquirindo maiores responsabilidades e liberdades, porém ainda não é um adulto. É um período do desenvolvimento humano de muita importância para o entendimento da própria identidade e a autonomia (Aberastury; Knobel, 1981).

Segundo a teoria o adolescente ainda depende de seus pais, porém busca uma maior autonomia, com isso muitas vezes procura se distanciar do núcleo familiar e se aproximar mais de amigos. Com esse distanciamento e o aumento de emoções complexas, muitos pais têm dificuldade em conseguir manter uma comunicação ou mesmo perceber seus filhos como os percebiam na infância por exemplo. A seguir podemos observar comportamentos que os adolescentes expressaram devido à violência sofrida:

1.7 - “Que notou mudança no comportamento da filha a partir do ano de 2021, em que a adolescente não demonstrava vontade de ir na casa do pai, mudou sua maneira de agir (demonstrando comportamento mais rebelde), mudou seu corte de cabelo e sua maneira de se vestir, mas que jamais imaginou que tais fatos acima narrados estariam acontecendo”.

12.1 - “o questionou sobre o comportamento dele e o fato de ele ter feito cortes nos braços”.

17.1 - “Na tarde de hoje, viu no braço da filha marcas de cortes retos, enfileirados”.

É importante salientar que estes sinais, comportamentos apresentados por crianças e adolescentes podem estar relacionados a violência sexual sofrida, mas não exclusivamente, pois outros problemas podem estar vinculados a comportamentos atípicos que a criança e o adolescente possa vir a apresentar. Portanto, é importante estar atento a um conjunto de fatores e sinais e principalmente, ter um diálogo aberto com a criança e com o adolescente.

5.3 CORPO ROMPIDO

De acordo com Le Breton (2007), ao nascer a criança depende da convivência com outras pessoas para se desenvolver e é nessa vivência que o corpo cresce, reproduzindo comportamentos daquele determinado grupo e da sociedade. Lembrando que a criança não é apenas um ser em formação, passiva e que está em preparação para a vida adulta. A cultura atravessa a formação das crianças, mas elas também interferem ativamente neste meio, portanto também são agentes ativos que influenciam no meio em que vivem (Simão *et al.*, 2010).

Segundo os autores Simão *et al.* (2010), o corpo pode ser visto como uma construção biológica e cultural, ou entendida como biocultural. É biológico pela pele, osso, músculos, órgãos, células, vísceras, etc. Construção social, pois por meio deste, ele é visto, julgado e classificado. É também histórico, pois além da materialidade é marcado por um tempo, por uma construção social, de classe e de grupos étnicos. O corpo não é estável, ele muda dentro da história da humanidade, das próprias fases do desenvolvimento humano, ele se altera dentro de cada sociedade e de suas exigências, o corpo é discurso e linguagem. A linguagem tem o poder de criar, classificar, incluir ou excluir, demarca o que é considerado um corpo belo ou feio, a linguagem nomeia o corpo (Goellner, 2013).

Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem mas, fundamentalmente, os significados culturais e sociais que a ele se atribuem (Goellner, 2013, p. 31).

Os corpos são classificados, julgados e demarcados a partir das expectativas sociais que são colocadas em cima dele, esse julgamento aumenta quando a atenção se volta para o sexo, desta forma alguns corpos como o masculino não vêm recebendo as mesmas exigências

que os corpos femininos. Os corpos são hierarquizados de acordo com o gênero, a sexualidade e a raça. Nossos corpos vivenciam regras que são criadas na sociedade e que estabelecem uma hierarquia que coloca homens e mulheres de formas diferentes e que influenciam a serem, ou não, vítimas de violência sexual (Campos; Silva, 2020; Felipe, 2013).

Corpos em crescimento, complexos, demarcados pela história, cultura, tempo. Corpos marcados pelo gênero, raça, que determinam quem possui valor e quem não possui, que merecem ser respeitados e quais não merecem. Alguns corpos como o das mulheres e o das crianças e adolescentes em muitos casos não são considerados e muito menos respeitados. Abaixo segue trechos de relatos de corpos que não foram respeitados, que foram invadidos:

3.5 - “Após este episódio conversou com a sua filha que lhe contou que naquele dia o tio a agarrou e passou a mão na sua vagina”.

6.7 - “Então o irmão molhou o pênis e fez sexo oral na declarante. Que então o irmão novamente forçou a relação e conseguiu penetrar na depoente”.

7.3 - “enquanto dirigia o veículo ex-cunhado dizia que era apaixonado pela declarante e colocava sua mão em suas partes íntimas por debaixo da roupa íntima, por dentro das calcinhas ficando “acariciando” as partes íntimas”.

10.2 - “passava a mão nas partes íntimas dela (por cima da roupa), que ela acordava e via ele ao lado na cama, passando a mão. Também contou às professoras que o namorado da avó, uma vez, tirou as roupas e mostrou o órgão genital para ela”.

20.2 - “o padastro teria beijado a genitália da menor e tentado inserir os dedos, no entanto, não teria ocorrido nenhuma penetração, porque a menor teria saído correndo para o seu quarto”.

De acordo com Campos; Silva; Silva, (2019), alguns corpos se encontram em maior vulnerabilidade em relação a violência sexual, pois são vistos como frágeis, provocativos, e postos como objetos passível de um outro exercer poder. O corpo é um espaço privado, íntimo, existe uma fronteira definida entre o eu e o outro. Quando uma pessoa sofre violência sexual, carrega na memória a perda de sua autonomia, um sentimento de que seu corpo lhe foi roubado, transforma-se em um lugar de estranhamento, gerando sentimentos de vergonha, repulsa, desprezo, negação, provocando incapacidade de prazer e de reconhecer-se.

Cada pessoa vivencia subjetivamente o fato de ter sofrido uma violência de maneira única, porém as marcas no corpo se assemelham, pois é um corpo que foi rompido, desrespeitado independentemente de como foi essa violência. Essa marca no corpo permanece para sempre na história deste indivíduo.

5.4 NEGLIGÊNCIA OU/E DESCRENÇA

Os estudos de gênero surgem para questionar as origens da identidade subjetiva que emergem no social a partir dos discursos com a formação de papéis que são impostos para homens e mulheres. O gênero se forma a partir de corpos sexuados, portanto não é possível negar fatores biológicos, porém, é preciso pensar sobre as construções históricas e sociais que são formados a partir destes. Por vezes, diferenças biológicas foram utilizadas para justificar, e na tentativa de comprovar que existem diferenças de comportamentos, habilidades, preferências, jeitos de ser e estar no mundo de pessoas do gênero feminino e masculino (Moore, 2000; Louro, 1997; Scoot, 1989).

Em muitas culturas o gênero masculino é construído com características de agressividade, virilidade, ativos e que possuem poder em relação a outros. Já a construção do gênero feminino, coloca as mulheres como se fossem passivas, delicadas, submissas, fracas. Essas características, definições, colocaram mulheres e homens em caixas, prevendo seus destinos, antes mesmo de seu nascimento. Além disso, produzem desigualdades e colocam pessoas do gênero masculino como superior e que podem dominar pessoas do gênero feminino. Essas características muitas vezes são interseccionadas pela raça, classe, etnia e religião (Butler, 2003; Moore, 2000; Louro, 1997).

Estas diferenças construídas socialmente como já expostas acima, por vezes autorizam os homens a cometerem violência, pois é incentivado que estes sejam vistos e que se posicionem nas relações como fortes, bravos, viris, com isso, é permitido que ajam desta forma. Consequentemente, no outro lado existem mulheres, vítimas de violência sendo desacreditadas, pois não possuem este poder, pois são postas como emocionadas, histéricas, e quando se posicionam, como loucas. Homens são constantemente preservados, mesmo sendo eles os agressores:

4.2 - “cerca de 2 semanas após, a vítima falou novamente, e, a declarante falava para não falar mais isso, e que passaria pomada para ficar bem. Relata que passava nistatina, e que não era possível observar nada do ponto de vista externo”.

15.1 - “Que os fatos ocorreram por aproximadamente um ano e que seu irmão, chegou a flagrar uma das vezes em que o padrasto investiu fisicamente contra a comunicante, e após o irmão contou para a genitora sobre os fatos que estavam acontecendo no lar, porém, a mãe não acreditou nas crianças”.

15.4 - “Que apesar de seus familiares terem tomado conhecimento, os fatos nunca foram registrados na polícia e o autor nunca foi processado e julgado por eles.

Os estudos sobre gênero não possuem importância por descrever características ou comportamentos sociais, mas por colocar mulheres e homens marcados por esta diferença.

Essas diferenças são construídas a partir dos discursos, e quando são praticados, "[...] produzem a própria diferença de gênero, assim como categorizações de gênero". Os discursos são linguagens e podem ser compreendidos para além do que é falado, mas também dos significados que isso representa e os símbolos que antecedem o que é dito, além da leitura e da escrita (Morre, 2000, p. 17; Scoot, 1989).

A experiência do gênero, de ser um sujeito marcado por gênero, recebe significado no discurso e nas práticas que esse discurso informa. Os discursos são estruturados pela diferença, e assim mulheres e homens assumem diferentes posições de sujeito dentro do mesmo discurso, ou, melhor, o mesmo discurso os posiciona como sujeitos de maneiras diferentes [...] (Moore, 2000, p. 26).

A construção social do gênero perpassa a subjetividade das pessoas, e essa subjetividade individual interfere na construção social do gênero. Para o Pós-estruturalismo o sujeito é construído a partir de práticas discursivas criadas pela sociedade, que foram formadas para regular normas de como as pessoas devem se relacionar, dando sentido para as experiências. A partir das significações, se criam sentidos e a partir destes se criam experiências. Assim, os sujeitos são construídos a partir de um conjunto de posicionamentos e de subjetividades. As subjetividades são únicas e variadas, pois este sujeito vivencia um corpo que é só dele, que perpassa uma história única, com vivências singulares (Moore, 2000; Scoot, 1989).

Para Scoot (1989), é necessário repensar a ideia dicotômica de feminino e masculino, pois se essas duas classificações estiverem em pontos opostos, acarreta a ideia de que um é submisso e o outro é dominador. Ao desfazer estas polaridades, é necessário refletir sobre essa oposição, compreendendo que a feminilidade está na masculinidade, por exemplo. Além disso, é importante pensar de maneira individual, pois existem muitas formas de ser homem e de ser mulher (Louro, 1997).

Refletindo ainda sobre as diferenças postas e as relações de poder que se formam por conta desta construção social de polaridades. Existe a constante culpabilização da mulher por sofrer a violência e com isso muitas não acreditam na própria violência sofrida ao ponto de permitir que suas filhas, irmãs passem pelo mesmo. Um homem abusador, possivelmente, sempre vai ser um homem abusador:

33.6 - "Que após saber do estupro sua mãe contou que o pai, avô da vítima, costumava passar as mãos em suas partes íntimas também."

15.6 - “após ouvir sua irmã mais nova, filha de seu padrasto e de sua mãe, sobre ela estar sendo vítima de fatos similares aos que foi vitimada, resolveu denunciar, a fim de preservar sua irmã”.

Segundo os dados, os homens são os principais agressores e as mulheres as maiores vítimas de violência, quando crianças e adolescentes também são vítimas, sejam elas meninas ou meninos, encontram-se em uma posição de maior vulnerabilidade. Este homem é autorizado constantemente a perpetuar a violência devido a esta construção social que defende estas diferenças e que colocam mulheres como submissas e homens como provedores.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa buscou-se compreender quais as narrativas e as características de crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual na região do norte gaúcho. Onde teve como objetivos específicos: 1) identificar o perfil de vítimas e agressores, a partir do levantamento de dados sociodemográficos; 2) refletir sobre a violência sexual a partir de uma construção social e histórica; e 3) compreender a narrativa expressa nos Boletins de Ocorrência por parte do responsável denunciante em relação a violência sofrida pela criança e pelo adolescente.

Para alcançar estes objetivos foi realizada uma construção teórica interdisciplinar que abrangeu diferentes áreas do conhecimento permitindo construir reflexões acerca da história da infância e da adolescência, criação de leis de proteção, desenvolvimento humano, gênero e corpo. Para a realização de análise de dados foi utilizado como material os boletins de ocorrência dos anos de 2022 e 2023, de crianças e adolescentes que realizaram a denúncia pelo crime de violência sexual na região do norte gaúcho.

Em um primeiro momento pretendia-se analisar documentos de Depoimento Especial, porém não houve liberação. Com isso, uma das limitações deste trabalho é o acesso a materiais, desta forma tendo restrições nos dados dos casos ou mesmo de um discurso que venha da criança ou do adolescente. É importante ressaltar que a escolha por documentos surge com o intuito de proteger a criança e o adolescente, uma entrevista, por exemplo, seria invasiva e colocaria a vítima em uma situação de revitimização.

Mesmo tendo limitações por ser um tema sensível, é necessário que seja visto, pesquisado e exposto devido à gravidade deste problema na vida das vítimas, causando possíveis danos físicos, psicológicos e sociais. Devido a amplitude deste crime é necessário que o mesmo seja visto como um problema social e que exige medidas governamentais e elaboração de políticas públicas.

Na região norte do Rio Grande do Sul, no ano de 2022 e 2023 podemos contabilizar o total de 123 casos de denúncia pelo crime de violência sexual contra crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. As principais vítimas são pessoas do gênero feminino sendo 86,17% dos casos, já os meninos são 13,83% destes casos. A faixa etária com maior índice de denúncias são crianças e adolescentes de 12 a 14 anos sendo 32,6% dos casos, seguido de crianças de 09 a 11 anos sendo 20,3%. Os principais acusados são pessoas do gênero masculino sendo 92,67% dos casos, visto que a idade dos mesmos varia de 12 a 79 anos. O principal local em

que estas crianças e adolescentes sofreram violência foi em sua própria casa, sendo 38,21% dos casos. E por fim os principais acusados são familiares sendo 52,03% destes.

A partir da revisão de literatura foi possível compreender que por muito tempo na história da humanidade as crianças não foram consideradas sujeitos merecedores de direitos, onde deveriam de ser cuidadas e preservadas, fisicamente e psicologicamente. Essa ideia da infância que temos na atualidade é ainda muito recente, surgiu apenas nos últimos vinte anos, onde leis e políticas públicas foram criadas para proteger e garantir segurança (Carvalho; Bizzotto, 2022; Brasil, 2013; Faleiros; Faleiros, 2007).

Porém os números apontam o reflexo ainda existente dessa história que desconsidera a infância e a adolescência, colocando os mesmos como inferiores, onde seus corpos podem ser utilizados como objetos. Além da história da infância é possível observar os discursos de gênero onde colocam homens e mulheres como diferentes, onde um é superior ao outro. Enquanto essa diferença existir vai colocar homens como seres superiores e que detém o poder de dominar e não respeitar a existência daqueles que acreditam ser inferiores, como as crianças e os adolescentes, principalmente as do gênero feminino.

Estes casos chegaram à delegacia quando o crime já foi cometido, porém muitos outros casos não chegam, favorecendo que estas crianças continuem sendo abusadas e que outras vítimas sejam feitas por estes mesmos abusadores. É importante ressaltar que uma pessoa que abusa sexualmente de outra pessoa pode sim fazer outras vítimas, é possível observar nos discursos expostos por mães e irmãs que revelam o abuso sofrido quando foram realizar a denúncia do caso de suas filhas e outras irmãs. Portanto, quando uma denúncia não é realizada coloca em risco a vida de outras pessoas. Além disso, fortalece a ideia de que os abusadores sempre saíram impunes e que as vítimas não possuem valor.

Os crimes de violência sexual e de violência sexual contra vulneráveis já possuem um grande índice de subnotificação, algumas pesquisas apontam que durante o período da pandemia houve redução de denúncias, sinalizando que o isolamento influenciou ainda mais a não realização de denúncias. A necessidade de isolamento social e a interrupção do funcionamento de espaços de assistência social, centros para crianças e adolescentes e principalmente as escolas, fizeram com que crianças e adolescentes ficassem mais vulneráveis a violência e com maior dificuldade em estar em contato com redes de apoio que possibilitem maior abertura a denúncias. Desta forma, é possível compreender o quanto ambientes como a

escola têm papel fundamental na identificação e na realização de denúncias contra este crime (Bohnenberger; Bueno, 2021; Reinach; Burgos, 2021).

Outro fator que também interfere na não realização da denúncia, é o medo que a criança e o adolescente possuem de revelar a um responsável sobre o abuso sofrido, este ponto pode ser observado no discurso das vítimas e pode estar relacionado a falta de comunicação dos pais com seus filhos e também a descrença e a não valorização da fala de uma criança e de um adolescente. Além desta não valorização da fala da criança, é importante levar em consideração a aliança e a proteção realizada em relação ao abusador, muitas famílias escolhem não denunciar para proteger e manter os laços familiares, com isso quem não é protegida é a criança e o adolescente, desta forma revivem a violência e a falta de cuidado e proteção.

A subnotificação também pode estar relacionada a não identificação da criança sobre a violência sofrida, por não ser algo pertencente ao universo infantil a criança não compreende o que está acontecendo, por vezes entende o ato como carinho, visto que a maior parte dos acusados são familiares próximos, pessoas que realizam ou deveriam de realizar papel de cuidado e afeto. Muitas pessoas identificam a violência sofrida apenas na adolescência ou vida adulta.

Com isso, chegamos a conclusão de que é de extrema importância que a educação sexual seja um assunto trabalhado e de responsabilidade de todos, e isso inclui medidas governamentais que favoreçam e incentivem a população. Para que haja alguma mudança, todos devem estar envolvidos como a família, instituições sociais, instituições de saúde, escolas, universidades, instituições religiosas, mídias digitais, televisão. Este tema deve ser abordado de acordo com a idade da criança e do adolescente e de maneira ampla, refletindo acerca do próprio corpo e os limites que o outro pode chegar, sobre consentimento, respeito, e também sobre cuidados básicos consigo mesmo quando der início a vida sexual. Além disso, aprendizagem deveria ser construída a partir da compreensão sobre o gênero, desta forma ensinando meninos e meninas sobre a importância da igualdade e com isso, o respeito.

A educação sexual pode ser o caminho para um maior número de denúncias, para que casos de violência não sejam repetidos ou mesmo quando há sinais, que esses sejam identificados e comunicados. Além disso, o ensino sobre gênero a longo prazo pode ser um meio para a diminuição de futuros homens adultos abusadores, pois possibilita uma

compreensão sobre a história e um entendimento de que mulheres e homens possuem os mesmos direitos sobre a preservação de seus corpos.

Falar sobre violência sexual, educação sexual, letramento de gênero é necessário não só para as crianças e os adolescentes se protegerem e compreenderem sobre limites, respeito, e com o objetivo de que as próximas gerações reproduzam menos violência. Estes temas precisam ser falados para que os adultos também compreendam e auxiliem na proteção e não na culpabilização da vítima, pois é comum que quando uma pessoa sofre violência a mesma seja responsabilizada pelo ocorrido. Quando a vítima leva a culpa e o abusador é protegido, reforçamos socialmente que meninas continuem sendo abusadas, exploradas sexualmente e que a vida de uma criança, e de uma mulher tem menos valor.

Realizar esta pesquisa mostra a importância que as Ciências Humanas possuem no desenvolvimento da ciência, é a partir dela que foi possível olhar de maneira ética, sensível, que nos possibilita uma aproximação da vivência real de quem sofre a violência, mas que acima de tudo, preserva o rigor ético, metodológico e científico. A partir desta pesquisa, outras pesquisas podem ser realizadas, além de ser uma possível ferramenta para a realização de políticas públicas para esta e outras regiões.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A; KNOBEL, M. **Adolescência Normal**: um enfoque psicanalítico. Artmed: Porto Alegre, 1981.
- ABERASTURY, A. O Adolescente e a Liberdade. In.: ABERASTURY, A; KNOBEL, M. **Adolescência Normal**: um enfoque psicanalítico. Artmed: Porto Alegre, 1981.
- ARAÚJO, M. F. Gênero e Violência contra a Mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. In: CUNHA, C. C. **Violência de Gênero**: contextos e reflexões. ESMAM: São Luiz, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012. Acesso em: 06 nov. 2023.
- ÀRIES, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BOHNENBERGER, M.; BUENO, S. Os registros de violência sexual durante a pandemia de covid-19. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021**, São Paulo: FBSP, vol. 7, n. 15, p. 110-117, jul. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/7-os-registros-de-violencia-sexual-durante-a-pandemia-de-covid-19.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2022. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.431**, de 04 de Abril de 2017. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm> Acesso em: 12 jun. 2023.
- BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**: Faça Bonito. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.codigodeconduta.turismo.gov.br/images/documentos/PNEVSCA.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- BRASIL. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Ministério da Saúde: Brasília, 2002. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf. Acesso em: 07 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 2.040**, de 28 de setembro de 1871. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm#:~:text=LIM2040&text=Declara%20de%20condi%C3%A7%C3%A3o%20livre%20os,de%20escravos. Acesso em: 15 set. 2023.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPOS, M. P.; SILVA, J. M. Teu Corpo é Espaço mais teu Possível: construindo a análise do corpo como espaço geográfico. **Revista da ANPEGE**, Mato Grosso do Sul, v. 16. nº. 31,

p. 101 – 114, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. Acesso em: 16 nov. 2022.

CAMPOS, M. P.; SILVA, J. M.; SILVA, E. A. Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta para superar a violência sexual sofrida por mulheres. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 41, v. 3, p. 37-50, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6401>. Acesso em: 16 nov. 2022.

CARVALHO, L. D.; BIZZOTTO, L. M. **A criança e a cidade**: participação infantil na construção de políticas públicas. UFMG: Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1jPxLsQQ6UMkYYDDYMI_UidRCF2-9SA4x/view. Acesso em: 20 set. 2023.

CARVALHO, J. F. S.; OLIVEIRA, J. L. C.; GODINHO, C.S. A Interdisciplinaridade como uma Nova Proposta para os Estudos da Ciência, Tecnologia e Informação. **Diálogos Interdisciplinares**, São Paulo, v. 8, n. 3. p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/640>. Acesso em: 11 out. 2023.

CHAUÍ, M. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: CARDOSO, R.; CHAUÍ, M.; PAOLI, M. C. **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4**: sobre mulher e violência. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COSTA, D.; GONÇALVES, J.C.; CANTINO, R.C. G.; MOURA, R. S. Sobre a Interdisciplinaridade como Conceito. **Coleta Científica**, Brasília, v. 5, n. 9, p. 119-134, 2021. Disponível em: <https://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/59/50>. Acesso em: 11 out. 2023.

COSTA, D. S. F. A. S. **Para Além do Silêncio**: um estudo sobre abuso sexual infantil e resiliência. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, p. 149. 2002. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3860/3860_1.PDF. Acesso em: 14 abr. 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, M. A.; GOMES, N. P.; CAMPOS, L. M.; ESTRELA, F. M.; WHITAKER, M. C. O.; LÍRIO, J. G. S. Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1369-1380, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/y96pVLNpJBGzgY9Sd9kFJwJ/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DEE/SPGG. **Relatório Técnico Novembro de 2021**: Panorama das Desigualdades de Raça/Cor no Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202111/18175612-relatorio-tecnico-dee-panorama-das-desigualdades-de-raca-cor-no-rio-grande-do-sul.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024.

DONZELOT, J. **A polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DSM-5-TR. **Manuela Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM – 5 – TR: Texto Revisado**. Artmed: Porto Alegre, 2023.

ERIKSON, E. H. **O Ciclo Vital: epigênese da identidade**. Guanabara: Rio de Janeiro, 1987.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. **Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=638-vol-31-escqprotege-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 jul. 2023

FELIPE, J. Erotização dos corpos infantis. In: LOURO, G. L; FELIPE, J; GOELLNER, S. V. **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Vozes: Petrópolis, 2013.

FONSECA, C; CARDARELLO, A. D. L. Direitos dos mais e menos humanos. In: FONSECA, C.; SCHUCH, P. **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 219-251.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. A Violência contra Crianças e Adolescentes no Brasil. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2023**, São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 21 março 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. A Violência contra Crianças e Adolescentes no Brasil. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2022**, São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 13 abr. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. A Violência contra Crianças e Adolescentes no Brasil. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021**, São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/violencia-contracrianças-e-adolescentes-2019-2021.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

FUNDAÇÃO ABRING. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil**. Fundação Abrinq, 2022. Disponível em: https://fadc.org.br/sites/default/files/2022-03/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2022_0.pdf. Acesso em: 08 jun. 2023.

GOELLNER, S. V. A Produção Cultural do Corpo. In: LOURO, G. L; FELIPE, J; GOELLNER, S. V. **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Vozes: Petrópolis, 2013.

GÓES, J. R.; FLORENTINO, M. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, M. D. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

GOMES, A. R. Políticas Públicas, educação e contextos de participação. In: CARVALHO, L. D.; BIZZOTTO, L. M. **A criança e a cidade: participação infantil na construção de políticas públicas**. UFMG: Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1jPxLsQQ6UMkYYDDYMI_UidRCF2-9SA4x/view. Acesso em: 20 set. 2023.

GOV.BR. **IBGE Educa Jovens: Conheça o Brasil – População Cor ou Raça**, 2022. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>>. Acesso em: 05 jul. 2024.

GUEDES, T. A.; MARTINS, A. B. T.; ACORSI, C. R. L.; JANEIRO, V. Estatística Descritiva. Projeto de Ensino: aprender fazendo estatística. **Universidade Estadual de Maringá**, Maringá, p. 1-49, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/17534875/Guedes_etal_Estatistica_Descritiva. Acesso em: 17 ago. 2023.

HABIGZANG, L. F.; BORGES, J. L.; DELL' AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H. Caracterização dos Sintomas do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em Meninas Vítimas de Abuso Sexual. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 27-44, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/98793?locale-attribute=en>. Acesso em: 19 out. 2023.

HEYWOOD, C. **Uma História da Infância: da idade média à época contemporânea no ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOOKS, B. **Tudo Sobre o Amor: Novas Perspectivas**. Rio de Janeiro: Elefante, 2021.

IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KAUR, R. **Meu corpo minha casa**. São Paulo: Planeta, 2020.

KNOBEL, M. A Síndrome da Adolescência Normal. In.: ABERASTURY, A; KNOBEL, M. **Adolescência Normal: um enfoque psicanalítico**. Artmed: Porto Alegre, 1981.

LAJOLO, M. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. C. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

LE BRETON, D. **A Sociologia do Corpo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LEITE, M. S.; LIMA, M. F.; CAMARGO, B. C. Coerção e consentimento no crime de estupro: a valoração dos atos sexuais em um campo de disputas. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 33, n.1, p. 198, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/55581>. Acesso em: 11 abr. 2022.

LEITE, M. L. M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, M. C. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

LEVITAN, M.; CHAGAS, M. H. N.; CRIPPA, J. A. S.; NARDI, A. E. Transtorno de Ansiedade. In: KAPCZINSKI, F; QUEVEDO, J.; IZQUIERDO, I. **Bases Biológicas dos Transtornos Psiquiátricos: uma abordagem translacional**. Artmed: Porto Alegre, 2011.

LINHARES, J. M. **História Social da Infância**. Sobral: Inta, 2016.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Vozes: Petrópolis-RJ, 1997.

- LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. EPU: São Paulo, 1986.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Editora Atlas: São Paulo, 2010.
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. Unijui: Ijuí, 2007.
- MOORE, H. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, n. 14, p.13-44, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635341>. Acesso em: 22 maio 2023.
- NEVES, A. S.; HAYECK, C. M.; CURY, C. M. Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. **Temas Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 99-111, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a09.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: <https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude-1.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.
- PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Artmed, 2006.
- PIAGET, J.; INHELDER, B. **Psicología del niño**. Morata: Madrid, 1997.
- PRIORE, M. D. O. Cotidiano da Criança Livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, M. D. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.
- PROETTI, S. As Pesquisas Qualitativas e Quantitativas como Métodos de Investigação Científica: um estudo comparativo e objetivo. **Lumen**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 1-23, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- RAMOS, P. F. A História Trágico-Marítima das Crianças nas embarcações Portuguesas do Século XVI. In: PRIORE, M. D. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.
- REINACH, S.; BURGOS, F. Violência contra Crianças e Adolescentes no Brasil: a urgência da parceria entre educação e segurança pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021**, São Paulo: FBSP, v. 7, n. 15, p. 219-225, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/12-violencia-contras-criancas-e-adolescentes-no-brasil-a-urgencia-da-parceria-entre-educacao-e-seguranca-publica.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.
- RIZZINI, I.; GONDRA, J. G. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, p. 561-584, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgDg9SHLsWSXxpgs3BLmmXb/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 10 ago. 2023.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. **A Arte de Governar: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, R. D.; LEMOS, F. C. S. A Penalização de Crianças e Adolescentes no Brasil: da higienização à negação de direitos. **Direito Penal e Democracia**, Belém, p. 1-24, 2019.

Disponível em: <https://direitopenaledemocracia.ufpa.br/wp-content/uploads/2019/02/A-PENALIZA%C3%87%C3%83O-DE-CRIAN%C3%87AS-E-ADOLESCENTES-NO-BRASIL-DA.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

ROTTA, N. T; OHLWEILER, L; RIESGO, R. S. **Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: SARMENTO, M. J.; PINTO, M. **As crianças: contextos e identidades**. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho: Braga, 1997.

SCARANO, J. Criança Esquecida das Minas Gerais. In: PRIORE, M. D. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

SCHUCH, P. Direitos e Sensibilidade: uma etnografia das práticas de justiça da infância e juventude. In: GROSSI, M. P.; HEILBORN, M. L.; MACHADO, L. Z. **Antropologia e Direitos Humanos 4**. Blumenau: Nova Letra, 2006. Disponível em:

<https://www.portal.abant.org.br/aba/files/CAP-35612086.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SCOOT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Gender and the politics of history**. Columbia University Press: New York, 1989. Traduzido por Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 07 jun. 2023.

SIMÃO, M. B.; MEDEIROS, F. E.; SILVA, A. M.; FILHO, J. J. S. Corpo e Infância: Natureza e Cultura em Confronto. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 03, p. 151-168, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/NdhG4Brn8nYjdCFhL3Jhmwb/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2023.

UNICEF. **Fundo das Nações Unidas para a Infância: Proteção de Crianças e Adolescentes contra as Violências**, s.d. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/ptecao-de-criancas-e-adolescentes-contra-violencias>>. Acesso em: 02 out. 2023.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA DAS OCORRÊNCIAS

PERFIL VÍTIMA

Vítima Número: _____

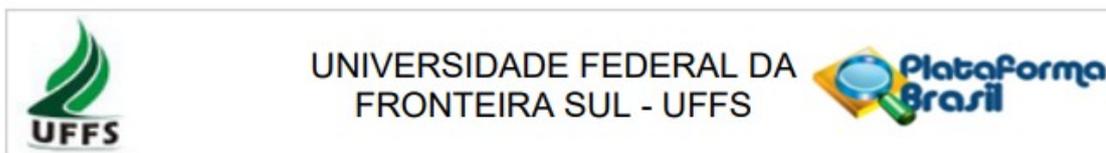
1. Ano da Realização da Denúncia: _____
2. Quem acompanhou a vítima para a denúncia (caso for informado)?

3. Idade da vítima: _____
4. Gênero: _____
5. Cor da vítima (caso for informado): _____
6. Local da Ocorrência da Violência: _____
7. Frequência da Violência: _____

PERFIL DO ACUSADO

1. Idade do acusado: _____
2. Gênero: _____
3. Cor (caso for informado): _____
4. Grau de Instrução (caso for informado): _____
5. Nível de vínculo com a vítima: _____

ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS (CEP - UFFS)



Continuação do Parecer: 6.795.943

Outros	Termo_de_compromisso_para_uso_de_dados_em_arquivo.pdf	26/04/2024 15:29:28	Carini Zambiasi Vieira	Aceito
Outros	Documento_2_Correcoes_Comite_de_Etica_e_Pesquisa.pdf	26/04/2024 15:27:15	Carini Zambiasi Vieira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Atualizado.pdf	17/04/2024 16:03:41	Carini Zambiasi Vieira	Aceito
Outros	Documento_Correcoes_Comite_de_Etica_e_Pesquisa.pdf	17/04/2024 16:02:13	Carini Zambiasi Vieira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Dispensa_de_TCLE_atualizado.pdf	17/04/2024 15:59:11	Carini Zambiasi Vieira	Aceito
Outros	DESCRICAO_DA_VIOLENCIA_PRESENTE_NA_DENUNCIA.pdf	14/03/2024 15:16:02	Carini Zambiasi Vieira	Aceito
Outros	ROTEIRO_PARA_ANALISE_SOCIODEMOGRAFICA_DAS_OCORRENCIAS.pdf	14/03/2024 15:15:40	Carini Zambiasi Vieira	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_de_Utilizacao_de_Dados_em_Arquivo.pdf	14/03/2024 15:14:30	Carini Zambiasi Vieira	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Ciencia_Concordancia_Instituicoes_Envolvidas.pdf	14/03/2024 15:13:07	Carini Zambiasi Vieira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Completo.pdf	14/03/2024 15:12:15	Carini Zambiasi Vieira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Dispensa_de_TCLE.pdf	14/03/2024 15:11:31	Carini Zambiasi Vieira	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Carini_assinado.pdf	14/03/2024 15:10:54	Carini Zambiasi Vieira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CHAPECO, 30 de Abril de 2024

**Assinado por:
Renata dos Santos Rabello
(Coordenador(a))**

ANEXO B - TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS EM ARQUIVOS

Termo de Compromisso de Utilização de Dados em Arquivo

Eu, **Carini Zambiasi Vieira**, da Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “**Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em uma Cidade do Norte Gaúcho**”, comprometo-me com a utilização dos dados contidos no (Boletim de Ocorrência), a fim de obtenção dos objetivos previstos, e somente após receber a aprovação do sistema CEP/UFFS.

Comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados coletados nos (**Arquivos de Boletim de Ocorrência**), bem como com a privacidade de seus conteúdos.

Declaro entender que é minha a responsabilidade de cuidar da integridade das informações e de garantir a confidencialidade dos dados e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas.

Também é minha a responsabilidade de não repassar os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, às pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa.

Por fim, comprometo-me com a guarda, cuidado e utilização das informações apenas para cumprimento dos objetivos previstos nesta pesquisa aqui referida. Qualquer outra pesquisa em que eu precise coletar informações serão submetidas à apreciação do CEP/UFFS.

Esclareço ainda que os dados coletados farão parte dos estudos da aluna Carini Zambiasi Vieira, discente de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciência Humanas da Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS, sob **orientação do Professor Dr. Alexandre Paulo Loro**.

Erechim-RS, 01 de março de 2024.



Carini Zambiasi Vieira
Pesquisadora responsável



Prof. Dr. Alexandre Paulo Loro
Orientador

**ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) -
SOLICITAÇÃO DE DISPENSA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) -
SOLICITAÇÃO DE DISPENSA**

Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em uma Cidade do Norte Gaúcho.

Esta pesquisa será desenvolvida por Carini Zambiasi Vieira, discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciência Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Erechim-RS, sob orientação do Professor Dr. Alexandre Paulo Loro.

Objetivo central (Conforme Resolução CNS N° 466 de 2012 item IV.3. a)

O objetivo central do estudo é: Analisar as narrativas e as características de crianças e adolescentes que sofreram violência sexual em uma cidade situada no norte do Rio Grande do Sul. A Violência Sexual contra crianças e adolescentes se mostra como um problema social grave, que afeta fisicamente, psicologicamente e socialmente a vida de quem sofre esta violência.

Por que o SUJEITO está sendo convidado (critério de inclusão) (Conforme Resolução CNS N° 466 de 2012 itens IV.3.a, d)

Participaram da pesquisa, crianças de 0 a 12 anos e adolescentes de 13 anos a 18 anos, do gênero feminino e masculino que realizaram a denúncia contra violência sexual no período do ano de 2022 a 2023. Desta forma será possível mapear qual a situação atual da violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade, bem como quais crianças e adolescentes que se apresentam em maior vulnerabilidade.

Mecanismos para garantir o sigilo e privacidade (Conforme Resolução CNS N° 466 de 2012 item IV.3. c e)

Será coletado os Dados Sociodemográficos desta parte da população, resguardando a identidade da vítima e do agressor, os casos não serão apresentados de maneira individual, assim impossibilitando a identificação. A cidade, bem como a delegacia em que a pesquisa será realizada não constaram nos documentos publicados. Os participantes serão identificados por números, desta forma, não tendo como identificar a vítima. As denúncias não serão retiradas da delegacia, portanto diminuindo risco de vazamento de dados. Os materiais como categorias para análise e os dados sociodemográficos, serão registrados em uma planilha do

Excel, e armazenados em uma pasta no Google Drive, está protegida por uma senha com autenticação de dois fatores, este arquivo será compactado e protegido por outra senha.

Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3.a)

A pesquisa será realizada em uma Delegacia de Polícia de Proteção de Grupos Vulneráveis, no período do ano de 2022 a 2023. A pesquisa será mista Quantitativa e Qualitativa, orientada pelo enfoque Descritivo-Exploratório, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, os documentos que serão analisados é o Boletim de Ocorrência.

Em um primeiro momento para o registro dos dados, uma melhor organização e preservação da identidade, as vítimas serão identificadas por números. Os dados coletados serão: o ano da realização da denúncia, quem acompanhou a vítima (caso for informado), idade da vítima, gênero, cor (caso for informado), local da ocorrência da violência, e frequência da violência. Em relação ao acusado será coletado: idade, gênero, cor (caso for informado), grau de instrução (caso for informado) e nível de vínculo com a vítima. Para a realização da Análise Quantitativa dos dados será utilizada a Estatística.

Em seguida será separado dezesseis descrições da violência presentes no documento da denúncia, será analisada de maneira integral. Os dados coletados serão: idade, gênero, quem realizou a denúncia, idade (se for informado). A seleção será realizada por conveniência, buscando selecionar oito denúncias de vítimas do gênero feminino e oito denúncias realizados de vítimas do gênero masculino, de diferentes faixas etária. A análise de dados será realizada a partir da Análise Textual Discursiva.

Estes dados serão acessados pela pesquisadora responsável, junto a delegacia, durante o mês de Maio de 2014. Os dados sociodemográficos serão registrados em uma planilha do Excel, e armazenados em uma pasta no Google Drive, onde será protegida por uma senha com autenticação de dois fatores, este arquivo será compactado e protegido por outra senha, apenas a pesquisadora responsável terá contato com estas informações. A análise textual será realizada junto a delegacia, desta forma estes materiais não serão coletados de maneira integral. As categorias criadas e trechos ilustrativos para análise serão registradas em planilha do Excel, e armazenados em uma pasta no Google Drive, com a mesma segurança dos dados sociodemográficos. Estes dados ficaram armazenados por cinco anos, após isso será excluído do Google Drive. Os dados serão organizados, armazenados em arquivos individuais e serão analisados e interpretados de maneira individual.

da pesquisadora constará no projeto com orientações para entrar em contato, a pessoa será acolhida e encaminhada para instituições que realizam acompanhamento psicológico como UBS, Clínica Escola da Universidade da Cidade, Clínicas que realizem atendimento com valor social.

Para minimizar o risco de vazamento de informações coletadas, os dados serão registrados em uma planilha do Excel, e armazenados em uma pasta no Google Drive, onde será protegida por uma senha com autenticação de dois fatores, este arquivo será compactado e protegido por outra senha, apenas a pesquisadora responsável terá contato com estas informações.

Em caso de ocorrência de algum dos riscos mencionados, as instituições envolvidas serão informadas.

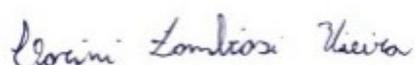
Sobre divulgação dos resultados da pesquisa (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item XI.2 .h)

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

Devido à importância da pesquisa e com base na Resolução CNS Nº 466 de 2012 - IV.8, solicito a dispensa da obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas justificativas: 1) Trata-se de uma pesquisa retrospectiva com uso de Boletins de Ocorrência; 2) Optou-se pela utilização de documentos para não envolver as vítimas, desta forma evitando a retomada de um processo doloroso, além da preservação Psicológica dos envolvidos.

Erechim, 01 de março de 2024

Nome completo e legível do pesquisador responsável:



Assinatura do Pesquisador Responsável

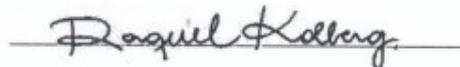
**ANEXO D - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS
INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES
ENVOLVIDAS**

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, **Raquel Kolberg**, o representante legal da instituição **Delegacia de Polícia de Proteção de Grupos Vulneráveis de Erechim-RS**, envolvida no projeto de pesquisa intitulado **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes na Cidade de Erechim-RS**, declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e as demais legislações vigentes.



Assinatura do Pesquisador Responsável



Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição
Raquel Kolberg
Delegada de Polícia
ID. Func. 3233499

Erechim, 17 de janeiro de 2024